



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 053

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 053

50ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ata de Posse..... 03

Mensagens 03

Ofícios..... 05

Proposta de Emenda à Constituição 09

Memorando 09

Questão de Ordem 09

Indicações 10

Requerimentos 11

Projetos de Lei 17

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 19

Dep. Luciana Rafagnin 20

Dep. Tadeu Veneri..... 21

Dep. Professor Lemos..... 23

Dep. Dr. Batista..... 24

Dep. Rosane Ferreira 25

Grande Expediente:

Dep. Fernando Scanavaca 29

Dep. Neivo Beraldin30

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PT

Dep. Tadeu Veneri22

Liderança do Bloco PP

Dep. Antonio Belinati32

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli33

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente36

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação)37

Redação Final38

3ª Discussão38

2ª Discussão39

1ª Discussão39

Requerimentos45

Encerramento da Sessão:46

Publicações Administrativas:.....46

Procuradoria Geral

Pareceres46

Diretoria Geral

Despachos47

DIÁRIO Nº 053

50ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

25 MAIO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimrães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Douglas Fabrício, Miltinho Pupio e Péricles de Mello (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e nove, na sala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, o Senhor Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, convidou o Senhor Neivo Beraldin, para assumir a cadeira de Deputado Estadual, na vaga deixada pelo Deputado Carlos Simões. Em seguida o Senhor Presidente convidou o Senhor Neivo Beraldin para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: "Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem estar do nosso Estado." Encerrando o ato, o Senhor Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Senhor Neivo Beraldin e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Excelentíssimo

Senhor Deputado Nelson Justus, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ABIB MIGUEL - Diretor Geral

ATO DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado comunica aos Senhores Deputados o recebimento do Mandado de Intimação, expedido pelo Juiz Relator da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo nº 07/2006, Doutor Tomasi Keppen, em 14 de maio de 2009, intimando sobre a decisão proferida através do Acórdão nº 36886, cujo teor é o seguinte:

.....

d) no mérito julgo procedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público Eleitoral (este em parte) e por Antonio Fernando Scanavaca para cassar o mandato exercido por Carlos Xavier Simões no cargo eletivo de deputado estadual.

Em cumprimento àquele Mandado de Intimação, em conformidade com do parágrafo 3º do artigo 55, da Constituição Federal e do parágrafo 3º do artigo 59, da Constituição do Estado do Paraná, esta Mesa declara a perda do mandato do Deputado Carlos Simões e a consequente vacância da cadeira que ocupava, assegurando o seu direito à ampla defesa nas searas legais.

Em decorrência desta declaração, a Mesa convoca o suplente legal, o Senhor Neivo Beraldin, para tomar posse neste Poder, em 25 de maio de 2009, às 11h, na Presidência nos termos do artigo 76, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Solicito que o Senhor Neivo Beraldin, preste compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado.

Declaro empossado no cargo de Deputado Estadual o Senhor Neivo Beraldin.

Determino a lavratura da ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais.

Sala da Presidência, em 25/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

Mensagens

MENSAGEM Nº 029/09

Curitiba, 20/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao Município de São

José dos Pinhais, de área com 3.276.73m², parte de imóvel maior com 15.000m², conforme Matrícula sob nº 57.921, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que o supracitado imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação da Escola Municipal Papa Paulo VI, revertendo ao patrimônio do Estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido, ficando, ainda, a presente doação, gravada com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São José dos Pinhais, de área com 3.276,73m², parte do imóvel maior com 15.000m², conforme Matrícula sob nº 57.921, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para implantação da Escola Municipal Papa Paulo VI, revertendo ao patrimônio do Estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido, ficando, ainda, a presente doação gravada com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º As providências decorrentes do desmembramento necessário serão assumidas pelo Donatário, incluídas as despesas devidas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 030/09

Curitiba, 20/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei conforme especifica.

O Governo do Paraná, mantendo o compromisso de Segurança Pública que firmou com a população do Estado e fulcrado na premissa do que dispõe a Constituição da República do Brasil, de que Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, que deve ser exercida para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas, envia a essa Casa de Leis a presente medida.

O Poder Executivo ficará autorizado a chamar policiais da reserva remunerada para a guarda de sedes administrativas e para funções de natureza estritamente militar. Os serviços dos referidos policiais serão para a guarda de edifícios onde a Administração Pública desenvolve suas atividades, em escolas, postos de saúde, hospitais e outros.

Ademais, os policiais militares que hoje ocupam a reserva remunerada, trazem em seu histórico profissional, a experiência e a maturidade necessária para colaborar com os serviços e manter a ordem pública.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizado o Poder Público a chamar policiais militares da reserva remunerada para guarda de sedes administrativas e para funções administrativas de natureza estritamente militar.

Art. 2º Os militares a que se refere o artigo 1º desta lei poderão atuar nos seguintes serviços:

I - guarda dos próprios estaduais;

II - guarda dos edifícios onde a Administração Pública desenvolva suas atividades;

III - guarda de escolas públicas;

IV - guarda dos postos de saúde e hospitais públicos.

Parágrafo Único. Os militares podem ser designados também para funções administrativas de natureza estritamente militar.

Art. 3º Fica criada a gratificação especial de natureza indenizatória no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), que será paga ao militar enquanto durar a atividade a que se refere o artigo 2º desta lei.

§ 1º O valor previsto no *caput* deste artigo é vinculado ao regime de 40 (quarenta) horas semanais, com redução proporcional para os regimes de 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º O valor da gratificação será corrigido com base no mesmo índice do reajuste geral anual aplicado na Administração Pública Direta do Estado do Paraná.

§ 3º Sobre a gratificação não incidirá contribuição previdenciária.

§ 4º A gratificação não será incorporada aos proventos de inatividade do militar, por ocasião do cessamento das atividades a que se refere o artigo 2º desta lei.

§ 5º Pelo exercício da função prevista no artigo 2º desta lei fica a percepção de qualquer outro acréscimo remuneratório, além daquele previsto no *caput* deste artigo.

Art. 4º O chamamento será pelo período de no máximo 10 (dez) anos ou até que o militar atinja o limite de idade para permanência na reserva remunerada, prevista no artigo 163 da Lei Estadual nº 1943, de 23/06/54.

Art. 5º O quantitativo de militares a serem chamados nas atividades não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do efetivo existente na ativa.

Art. 6º A percepção do valor estabelecido no artigo 3º corresponderá ao exercício das atividades em regime de 40 (quarenta) horas semanais, o qual poderá ser em escala de revezamento, a ser definida por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O exercício das atividades poderá se dar em regime de 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, a critério da Administração, com redução proporcional no valor da gratificação.

Art. 7º Os recursos financeiros para o pagamento da gratificação de que trata o artigo 3º desta lei correrão a conta do Orçamento do Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIOS

Sob o nº CEE/G/045/09 do Sr. Robero Requião - Governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, na data de 22 a 25 do corrente mês, viajando a Argentina, para tratar de assuntos de interesse particular.

Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/CC 055/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 1704/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que solicita escalerecimentos sobre o terminal de transporte coletivo do Roça Grande em Colombo. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº 446/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Elio Rusch, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni e Durval Amaral, que solicitam esclarecimentos sobre o inventário de 31/12/08, referido na Portaria nº 032/09, que trata de sobras de grãos de soja no Porto de Paranaguá. **Ao Conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

OFÍCIO Nº 434/09-GP

Curitiba, 25/05/09.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), a partir de 01/01/09, incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e dos vencimentos básicos dos cargos de provimentos em comissão, na forma das tabelas constantes dos Anexos I e II.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CARLOS A. HOFFMANN
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

EMENTA:

Reajusta, conforme especifica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e dos cargos de provimento em comissão, a partir de 1º de janeiro de 2009, e adota outras providências.

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), a partir de 01/01/09, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo I desta lei.

§ 1º O reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) corresponde à revisão geral anual prevista no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual.

§ 2º Ficam reajustados, no mesmo percentual constante do *caput* do artigo 1º, os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10887, de 18/06/04.

§ 3º Ficam também reajustados no mesmo percentual constante do *caput* do artigo 1º, os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário estabelecidos no Anexo I da Lei Estadual nº 16023, de 19/12/08.

Art. 2º Os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, ficam reajustados conforme valores das Tabelas de Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam incorporados aos valores da Tabela de Níveis de Vencimentos mencionada no artigo 1º e constante do Anexo I desta lei, os efeitos financeiros da decisão administrativa da Presidência do Tribunal de Justiça, de caráter geral, datada de 02/10/08.

Parágrafo Único. Em cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar o correspondente Tabela de Níveis de Vencimentos.

Art. 4º A implementação em folha de pagamento, do reajuste constante da presente lei, fica condicionada à

disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 5º Fica instituída, a partir do exercício financeiro do ano de 2010, a data de primeiro de maio de cada ano para a revisão geral anual estabelecida no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual, atendidos os mesmos critérios e limitações de ordem orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal referidas no artigo 4º da presente lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou pela PARANAPREVIDÊNCIA quando couber.

Art. 7º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/01/09.

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS
ANEXO I

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	1.065,07	1.373,12	1.758,88	2.217,79	3.278,38	4.229,61
2	1.089,97	1.404,70	1.794,75	2.269,73	3.355,23	4.328,71
3	1.115,50	1.437,01	1.831,38	2.322,91	3.433,82	4.430,12
4	1.141,59	1.470,07	1.874,21	2.377,32	3.514,27	4.533,93
5	1.168,32	1.503,88	1.918,08	2.433,04	3.596,60	4.640,16
6	1.195,65	1.538,46	1.962,96	2.490,05	3.680,88	4.748,88
7	1.223,63	1.573,84	2.008,89	2.548,39	3.767,12	4.860,14
8	1.252,28	1.610,04	2.055,90	2.608,09	3.855,37	4.974,29
9	1.281,56	1.647,07	2.104,01	2.669,19	3.945,73	5.090,55
10	1.311,55	1.684,95	2.153,24	2.731,75	4.038,18	-
11	1.342,24	1.723,70	2.203,64	2.795,77	4.132,78	-

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TABELA 1

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO	R\$
DAS-1	555,29
DAS-2	490,09
DAS-3	456,76
DAS-4	390,57
DAS-5	357,20

TABELA 2

CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO	R\$
1-C	230,53
2-C	212,89
3-C	196,52
4-C	181,53
5-C	170,63
6-C	160,39

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, no período de janeiro a dezembro de 2008, conforme publicado pelo IBGE, incidente, a partir de 01/01/09, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com as tabelas constantes do Anexo I do presente Anteprojeto de Lei.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I deste Anteprojeto, substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 15799, de 16/04/08, bem como em observância à Lei Estadual nº 15.883, de 18/07/08, refletindo a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 01/01/08 a 31/12/08, atendendo-se, por conseguinte, os preceitos da Constituição Estadual contidos no artigo 27, inciso X.

Incidirá também sobre os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário estabelecidos no Anexo I da Lei Estadual nº 16023, de 19/12/08.

De igual modo está se fazendo o necessário reajuste nas tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário, pois o Anexo II deste Anteprojeto reajusta os valores constantes das Tabelas do Anexo II, da Lei Estadual nº 11074/95 com alteração da Lei Estadual nº 11173/95.

O reajuste dos vencimentos básicos dos cargos em comissão constantes do Anexo II do Anteprojeto de Lei observa a atualização de valores proposta pelo Poder Executivo, na mensagem protocolada na Assembleia Legislativa sob nº 5353 de 27/04/09.

No tocante à adequação nominal dos valores constantes da Tabela de Níveis de Vencimentos, prevista no artigo 3º do Anteprojeto de Lei, está embasado na manifestação do Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do Pedido de Providências nº 2008.100.0006998, que considerou “juridicamente consistente e justa” a

pretensão dos servidores, como também corrobora com a resposta positiva à consulta deste Tribunal de Justiça ao colendo Tribunal de Contas do Estado, contida no Acórdão nº 1371/08.

Outrossim, a instituição da data de primeiro de maio de cada ano para a revisão geral anual estabelecida no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual, adota a mesma base do Poder Executivo, fixada no artigo 7º, da Lei Estadual nº 15512, de 31/05/07.

O impacto orçamentário-financeiro anual da presente proposta, de reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) que terá efeito financeiro a partir de 01/01/09, totalizará um acréscimo no montante da despesa bruta de pessoal de R\$ 15.438.000 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil reais) em 2009 e a mesma importância acrescida de 5% ao ano, a título de expectativa inflacionária, nos exercícios de 2010 e 2011, conforme Informação nº 022/09 do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça, em anexo.

Esses valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2009 de R\$ 488.988.340,00 na rubrica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas e de R\$ 182.529.510,00 na rubrica 3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas, não comprometendo o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário.

Em conformidade com o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2008, a Despesa Total com Pessoal do Tribunal de Justiça, em 2008, representou 3.68% (três vírgula sessenta e oito por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 22/05/09.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16032/08) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei Estadual nº 15757/07).

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais e dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2009, aprovado pela Lei Estadual n° 16032, de 29/12/08, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n° 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 25/05/09.

(a) **CARLOS A. HOFFMANN**
Presidente

INFORMAÇÃO N° 022/09

Senhor Chefe:

Trata o presente de minuta do projeto de lei para atribuição de reajuste de 5,9% (cinco vírgula nove por cento) sobre os vencimentos básicos dos servidores

	2009	%	2010	%	2011	%
RCL	15.467.860.080		16.550.610.200		17.709.152.914	
DLP	587.848.297	3,80	655.602.111	3,96	719.886.260	4,07
DLP2	603.291.126	3,90	671.817.081	4,06	736.911.980	4,16

Observações: Para a Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 9,31% conforme média de anos, anteriores, a DLP Despesa Líquida de Pessoal foi calculado com base na soma da despesa atual e os processos que foram informados e a DLP2 é a soma da despesa DLP mais o custo do presente expediente.

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

1) prudencial, parágrafo único do artigo 22, é de 5,70%;

2) máximo (Tribunal de Justiça), parágrafo 1° do artigo 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques da Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:

II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária n° 16032/08 para o exercício de 2009, fonte 100 - ordinário não vinculado, do projeto/atividade - 0501.02061292.002 Atividades Judiciárias - TJ, constatei a existência de saldo orçamentário na espécie Pessoal e Encargos Sociais, suficientes para atender a presente despesa.

III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO n° 15917/08, para o exercício de 2009, no artigo 7° estabelece que o limite de gastos do Poder Judiciário é de 9% da receita líquida.

ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e dos cargos de provimento em comissão, a partir de 1° de janeiro do corrente ano, encaminhado a este Departamento pelo ofício n° 356/09-GP, do Gabinete da Presidência.

Quanto à análise do custo em relação aos limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em questão, é de caráter continuado, no presente exercício, e a projeção para os dois exercícios seguintes, fica assim demonstrada:

EXERCÍCIO	2009	2010	2011
DESPESA	15.438.968,65	16.214.970,00	17.025.719,00
Observação: Considerado a projeção de inflação de 5% para 2010, e de igual percentual para 2011, conforme Relatório Focus do BACEN em 09/01/09.			

- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

O impacto da presente proposta no exercício e nos dois exercícios seguintes, ficam assim demonstrados:

IV - PLANO PLURIANUAL - PPA

A Lei n° 15575/07 que aprovou o Plurianual para o período de 2009 a 2011 estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9% da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, conclui-se que a presente despesa está adequada sob os aspectos orçamentário e financeiro com a LOA, e é compatível com a LDO e o PPA.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária, em 14/05/09.

(aa) **WALDOMERO MACHADO CALDAS**

Técnico Judiciário

Visto: **SÉRGIO VILA** - Contador

De acordo.

Ao Diretor do Departamento Econômico e Financeiro
em, 14/05/09.

JOSÉ FERNANDES FERRARI

Chefe da Divisão de Contadoria Geral

Proposta de Emenda

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º O artigo 66, da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“V - Fixação de pisos salariais anuais para efeitos do inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, tendo como data-base a de 1º de maio, levando-se em conta, no mínimo, a reposição inflacionária dos últimos doze meses havida no âmbito do Estado do Paraná, através da aplicação do maior indexador pertinente.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Waldyr Pugliesi, Rosane Ferreira, Péricles de Mello, Ademir Bier, Mauro Moraes, Alexandre Curi, Fernando Scanavaca, Cida Borghetti, Francisco Bühner, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Luiz Fernandes Litro e Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Federal nº 103, de 14/07/00, autorizou os Estados e o Distrito Federal a instituírem o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, para os empregados que não tenham piso salarial definido em Lei Federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O Estado do Paraná não se furtou em regulamentar a questão, exercitando em nosso âmbito a autorização dada pela norma superior. Por iniciativa do Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, foi editada a festejada Lei Estadual inaugural nº 15486, (Publ. no Diário Oficial nº 7462, de 02/05/07) e suas sucessoras, as Leis nºs 15826, de 01/05/08 (Publicada no DO nº 7712 de 02/05/08) de 16099, de 01 de maio do corrente ano (publicado no DO nº 7962, de 04/05/09).

Ocorre que estas leis não garantem aos futuros pisos salariais impostos, que os mesmos, no mínimo, promovam a reposição inflacionária dos últimos doze meses havida no âmbito do Estado do Paraná, nem mesmo indicando indexadores econômicos para aplicação dos reajustes futuros.

Neste sentido, entendemos que a presente Proposta de Emenda Constitucional esta revestida de interesse público de todas as classes abrangidas, além de juridicidade e legalidade, mérito e oportunidade, visto o escopo fundamental de deixar constitucionalmente garantida a reposição de no mínimo a inflação dos últimos doze meses, por tratar-se de medida justa e honesta.

Assim sendo, conclamamos todos os nobres Pares desta Assembleia Parlamentar, a procederem a devida

subscrição e apoioamento à presente Proposta de Emenda Constitucional, como medida preventiva contra perdas salariais.

Memorando

MEMORANDO

Informo aos Srs. Deputados, que na manhã de hoje na Presidência, acatando mandado de intimação expedido pelo Juiz Relator da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo nº 007/06, a mesma da Assembleia Legislativa declarou a perda de mandato do Deputado Carlos Simões e deu posse na cadeira de Deputado Estadual ao Deputado Neivo Beraldin, a quem solicitamos que tome assento no Plenário do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Questão de Ordem

Questão de Ordem

Venho respeitosamente perante V. Exa., requerer questão de ordem, com fulcro no artigo 104 do Regimento Interno, pelos fatos e fundamentos abaixo descritos.

1 - Legitimidade

O requerimento de pedido de ordem pode ser realizado por qualquer Deputado, conforme assevera o artigo 128, parágrafo único, inciso I do Regimento Interno:

Art. 128. Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembleia sobre objeto de expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único. Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos e despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembleia;”

(grifo nosso)

Diante do exposto, o Requerente possui legitimidade para requerer pedido de ordem, devendo ao Exmo. Presidente desta Casa despachar.

2 - Da Questão de Ordem

A questão de ordem se fundamenta na violação do artigo 33, parágrafo 2º, alínea “a” do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º à Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tido como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

As emendas são proposições apresentadas por Deputados ou pelas Comissões, conforme determina o artigo 136 do Regimento Interno, *in loco*.

Art. 136. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

As proposições de emendas interpostas por Parlamentares as quais tiveram pareceres pela Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, sua tramitação deverá ser interrompida de imediato e encaminhada à mesa diretora, ainda que distribuída para outras comissões, pois cabe impugnação do autor no prazo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão de inconstitucionalidade das proposições de emendas, caberá recursos ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Inexistindo recurso no prazo legal ou sendo a proposição de emenda rejeitada pelo Plenário, será tido como rejeitada, caso contrário, será encaminhada à próxima comissão e não encaminhada direto a apreciação do Plenário.

Diante do exposto, este Parlamentar sugere a Presidência que seja cumprida o que está determinado no artigo 33, parágrafo 2º, “a” do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEREU MOURA

Indicações

INDICAÇÃO N° 677/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado dos Transportes a duplicação da Rodovia João Leopoldo Jacomel - PR-415.

O Deputado que ora subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Secretario de Estado dos Transportes Rogério Wallbach Tizzot, a duplicação da Rodovia João Leopoldo Jacomel - PR-415, no trecho de pista simples, entre o Carrefour (Pinhais) até a sede do Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação, devido à dificuldade de tráfego no trecho entre os Municípios de Pinhais à Piraquara, que tem uma área extensa de comércio, com elevado fluxo de veículos devido ao Contorno Leste.

A duplicação da Rodovia é de suma importância, para que esta possa acompanhar o crescimento local, ressaltando a execução das obras da COHAPAR na região do Guarituba.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo, para que os usuários da Rodovia - PR-415 possam utilizá-la com maior tranquilidade e segurança.

INDICAÇÃO N° 678/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado dos Transportes a recuperação e reurbanização da Rodovia do Cerne - PR-090.

O Deputado que ora subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Secretario de Estado dos Transportes Rogério Wallbach Tizzot, a recuperação e a reurbanização da Rodovia do Cerne - PR-090, no trecho compreendido entre o Contorno Norte e a sede do Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia do Cerne foi construída na década de 1930, sendo a primeira grande estrada de rodagem e de extrema importância na integração do Norte com o Sul do Estado.

Na época os recursos técnicos utilizados para a sua construção eram precários e como tinha intenso fluxo de veículos pesados, pois era a principal via de escoamento da produção cafeeira do Norte do Estado, seu desgaste tornou-se inevitável.

Diante do exposto, justificamos nossa solicitação, pedindo a recuperação e reurbanização da referida Rodovia, que contribui muito para o desenvolvimento agroindustrial do Estado.

INDICAÇÃO N° 679/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado dos Transportes a duplicação da PR-092 - Rodovia dos Minérios.

O Deputado que ora subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Secretario de Estado dos Transportes Rogério Wallbach Tizzot, a

duplicação da PR-092, Rodovia dos Minérios, entre o Contorno Norte e o Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A duplicação é essencial, visto que trata-se de uma Rodovia com grande fluxo de veículos pesados, que fazem todo o escoamento de minerais não metálicos (calcário), bem como é utilizada para o transporte coletivo, razão pela qual, ocorrem constantes congestionamentos, dificultando diariamente o trajeto dos usuários.

Cumpre salientar, que esta Rodovia é de grande importância pois integra o acesso ao Contorno Norte e que ajudará no tráfego pesado de toda a Região Norte Metropolitana.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo, para que os usuários da Rodovia PR-092 possam utilizá-la com maior tranquilidade e segurança.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais vem por meio desta indicar o Deputado Fábio Camargo para a vaga deixada pelo Deputado Carlos Simões na Comissão de Legislação e Justiça desta Casa.

A vaga aberta pertence ao PTB.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

Líder do PTB

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 2405

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente desta Casa, a liberação das dependências do Plenário, para a realização da Audiência Pública sobre “Aposentadoria das Donas de Casa”, a realizar-se no dia 29 de junho do corrente, no período das 9h00 às 12h00, onde contará com as presenças do Ministro do Planejamento. Exmo. Sr. Paulo Bernardo e do Ministro de Previdência, Exmo. Sr. José Barroso Pimentel.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO N° 2458

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente desta Casa, a liberação do Salão Nobre, para realização do lançamento da publicação “Sebuí Sonhos”, de autoria do Sr. Enzo

Sebastiani, que será realizado no dia 01 de junho do corrente ano, das 9h00 às 12h00.

O Sebuí é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, situada na Região de Guaraqueçaba. O proprietário, o italiano Enzo Sebastiani, é um apaixonado pela região, pela natureza exuberante, que foram um conjunto harmonioso de praia, rio, cachoeira, mangue e mato, e pelo povo caiçara. Movido por essa paixão, ele se dedica a abrir caminhos para o ecoturismo, associado à valorização da cultura caiçara e a educação ambiental, além de idealizar que esse trabalho possa ser feito em parceria com o ensino praticado nas escolas públicas da região.

“Sebuí Sonhos” reúne relatos e imagens desse amor e desse zelo pela natureza do Litoral Norte do Paraná. Histórias e ilustrações de um dos paraísos ecológicos paranaenses, dentro de uma das áreas mais preservadas da Mata Atlântica: a Reserva Ecológica do Sebuí.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO N° 2423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e com fundamento no artigo 20, inciso XVIII do Regimento Interno desta Casa de Leis, que a Mesa Executiva manifeste-se formalmente sobre a correta interpretação do artigo 18, inciso XXIII, combinado com o artigo 33, parágrafo 2°, alínea “a”, ambos do Regimento Interno abaixo transcritos:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

XXIII - emitir parecer, à proposição que tenha sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça, por vício de inconstitucionalidade, no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer e, se for o caso, determinar o seu arquivamento. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

Art. 33. Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2° À Comissão de Constituição e Justiça compete: (...)

a) Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer.

Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa, Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será encaminhada à próxima Comissão.

Tal Questão de Ordem justifica-se devido ao recente episódio ocorrido quando da apresentação de emendas feitas por diversos Deputados e Bancadas Partidárias ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, que concede reposição salarial aos servidores públicos civis e militares do Estado. Todas as emendas foram rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça por inconstitucionalidade, mesmo assim vieram a Plenário sem parecer publicado pela Mesa, sem interposição de recurso, e muito menos sem este recurso ter sido apreciado pela Plenário, para que se aprovado, as emendas pudessem ser votadas.

Ressalta-se que a simples propositura destas emendas é inconstitucional, vez que Constituição do Estado elenca como matéria exclusiva do Governador do Estado o salário dos servidores, como também não admite aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado.

Desta forma requer-se, que a Presidência desta douta Casa de Leis, se pronuncie sobre a correta interpretação dos artigos citados, para que esta Assembleia deixa de servir de palco para ações politiquieiras e demagogas, que nunca prosperam.

Anexo cópia de transcrição de Questão de Ordem levantada na Sessão Plenária do dia 30/03/09, por este Parlamentar cuja respostas o Sr. Presidente comprometeu-se a fornecer após deliberação.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família de Exma. Sra. Fani Lerner, ex-primeira dama, falecida em Curitiba.

Fani Lerner era filha de imigrantes judeu-poloneses que vieram para o Brasil para escapar do nazismo. Nasceu em Curitiba.

Casada com o arquiteto Jaime Lerner desde 1964, deixou as filhas Andrea, casada com Sebastiaan Brenner, e Ilana, casada com Cláudio Hoffmann, e os netos Ben, 09 anos, Liana, 07, Tobias 07, e Sophie 05. Nos três mandatos de Prefeito (71 a 75, 79 a 83, 89 a 93) e nos dois de Governador (95 a 99 e 99 a 2003) do marido, Fani Lerner, comandou a área de assistência à criança, trabalho que se dedicava com entusiasmo e inovação. Presente nas gestões do marido Jaime Lerner, ela assumiu em 1989 a pasta de Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, cargo que ocupou por seis anos. Fani exerceu também o cargo no Estado do Paraná, por oito anos, nos Governos Jaime Lerner, de 1995 a 2002.

Durante suas gestões como Secretária da Criança, ela criou 16 programas para crianças e adolescentes carentes.

Em 2003 foi a vencedora do Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, oferecido pela organização americana World of Children, em parceria com a instituição Hannah Neil. A premiação é a mais importante do mundo na área de ação social voltada à criança. Foi a primeira vez que um latino-americano venceu o Kellogg's Award.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa sejam expedidas correspondências enviando votos de pesar a família da Sra. Maria Regina Loureiro Barrozo, pelo seu falecimento.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor, bem como os amigos.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Moisés Salomão, ocorrido no último dia 21 na Cidade de Paranaguá.

Requer outrossim que da decisão da casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 68 anos de idade, faleceu no último dia 21 na cidade de Paranaguá, o Sr. Marcos Moisés Salomão, advogado. Deixou viúva a Sra. Cleumari Vilarinho Salomão, deixou ainda quatro filhos e cinco netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Salomão, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zulinda Soares de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vilson Carneiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereza Carvalho de Andrade, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Domitilla Jendreiek, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Moises Santos Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucas Smanioto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Luiz Bastos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Carlos Batista, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Vidal, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Carlos Fogaça ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Pereira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jaime Henrique de Sousa Gerales, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isaura Campos dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eliton Antunes Barbosa Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Fani Lerner.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Helena de Fátima Stein, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cimone Aparecida Barbosa Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Domingas de Lurdes Acheidt ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anatália Machado Opata, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Carro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Amélia Alves Orlovsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, Requer á Mesa seja oficiado à RIC Record, na pessoa do Sr. Leonardo Petrelli, Vice-Presidente Executivo, enviando voto de congratulações àquela instituição em razão da classificação alcançada no IBOPE, sendo a segunda emissora preferida dos curitibanos.

A RIC TV, afiliada da Record do Paraná e em Santa Catarina, vem comemorando aos últimos resultados do IBOPE que a colocam como vice-líder isolada no primeiro quadrimestre de 2009.

Trata-se de reconhecimento justo ao brilhante trabalho executado.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos aos seguintes senhores policiais militares e civis do Estado do Paraná: policiais militares: Maurício Koza, Clodoaldo da Silva, Iracen e Emerson da Silva Linhares. Policiais civis: Marlon Juliano Monteiro, Julio Cezar

Cordeiro, José Carlos Camargo Vargas, Luciano de Oliveira Cruz, Suzana Edy Amatenecks, Marcelo de Souza Alves, Marco Aurélio Lustosa, Roberto Mazur Giebeluka, Antonio Bressiani e Frans Charles Schoider.

Além dos policiais militares e civis, delegado de Polícia Dr. Jairo Duarte de Camargo, Rodrigo da Silva Cruz e Ubirajara de Lara Yared.

Requer outrossim, que da decisão de Casa seja dada ciência a todos os homenageados.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que pretendemos justificar com absoluta razão foi o acontecimento de um perigoso assalto realizado dia 23/03/09 no estabelecimento comercial do Sr. Bruno Jubat e sua esposa Ivone Jubat, em Ponta Grossa, onde os policiais militares e civis organizaram uma operação conjunta que resultou na prisão dos envolvidos no assalto e morte de dois bandidos.

Em todas as épocas e em todos os tempos aos policiais militares e civis do Paraná, inclusive a defesa da honra e da integridade do Estado do Paraná.

Pode-se afirmar sem os policiais militares e civis serem a alma mater do Paraná. Neles se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia de ordem e de disciplina. A Polícia Militar e a Polícia Civil, são uma escola que representa abnegação e civismo.

Gloria seja, aos nossos policiais paranaenses que sempre souberam criar uma figura importante como essa que por si só basta para estereotipar a população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Lidianópolis pela passagem, no próximo dia 05/06/09, do seu 19º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Marcos Eusébio Dias Sobreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Celso Antonio Barbosa, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Lidianópolis.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 05/06/09 marcará a passagem do 19º aniversário do Município de Lidianópolis. Assim sendo, queremos, através desta proposição, cumprimentar efusivamente as autoridades constituídas do Município, bem como a população em geral, com votos de muito sucesso.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos, iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade; cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo é que os administradores do Município continuam dando o máximo de seus esforços contribuindo assim, para o bem-estar de todos.

Portanto, na festiva data da comemoração dos 19 anos do Município de Lidianópolis, rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que deram sua importante parcela de contribuição para o progresso do Município.

REQUERIMENTO Nº 2421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que fique registrado para a posteridade na ata da Sessão Plenária de hoje seja consignado, votos de congratulações e aplausos a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, pelo Dia da Indústria, comemorado no dia 25 de maio.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Sr. Rodrigo Rocha Loures, para que transmita a todos os companheiros da diretoria.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A maior ou menor intensidade do parque industrial do Estado do Paraná, é o índice mais seguro de seu progresso. Somente os povos civilizados possuem indústria. Só os povos que possuem indústria própria podem se considerar economicamente independentes. Quem não possui essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos industrializados.

Eis porque muitos são de louvar aqueles que se propõem a datar o Paraná de novas indústrias em qualquer ramo que se capitulem. Sejam das indústrias extrativas, agrícolas, comerciais, manufaturadas ou de transportes, todas elas tem seu lugar de destaque na economia política como criadores ou como distribuidores da riqueza paranaense.

Não há, pois indústrias mais ou menos nobres. Todas se equivalem, porque uma não existiria sem a outra.

Que todas as indústrias paranaenses prosperem, produzindo os almejados frutos, são os nossos votos, para galardão de seus organizadores e felicidades da terra paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da

Sessão de hoje, votos de congratulações a Pow Internet pelos seus 10 anos de efetiva participação na sociedade são-joseense.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A Pow Internet, que surgiu no final do século passado, por iniciativa do empresário José Roberto Piazzetta, quando a internet ainda dava seus primeiros passos no Brasil, contribuiu para que a rede mundial de computadores fosse divulgada e acessada com facilidade e custos acessíveis por grande parte da população são-joseense e demais Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

A criação do Guia SJP, nesse período, por outro lado, disponibilizou uma poderosa arma de comunicação não apenas para os internautas como também para o setor empresarial, estalecendo uma ponte entre consumidores e fornecedores. Também privilegiou o lazer e o entretenimento, ao realizar promoções como gincanas e concursos que também contribuem para o conhecimento.

Empresas como a Pow e o seu Guia SJP, na qualidade de empresas da área de comunicação, também contribuem para a divulgação de boas coisas que acontecem em São José dos Pinhais, que em apenas uma década - tempo de vida da empresa - passou de cidade-dormitório para um Município conhecido, mercê de seu poderoso parque industrial.

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Armazém Dom Carmino.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Armazém Dom Carmino, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, em que boas histórias fazem pizza.

REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Fábio Silveira.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Fábio Silveira, cirurgião do aparelho digestivo, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná a atualmente realizando mestrado em cirurgia, é um dos médicos da nova geração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento e clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanismo, ciência e afeto, priorizando os princípios éticos.

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Major-Brigadeiro-do-Ar Salamone Nunes.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Major-Brigadeiro-do-Ar Salamone Nunes, Comandante Geral do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), com mais de 3 mil e 500 horas de voo, é considerado um militar experiente, tendo assumido vários postos dentro da Aeronáutica em 40 anos de vida militar, com destaque para a chefia do Estado-Maior, também é especialista em política e estratégia aeroespaciais, piloto de caça, líder de esquadrilha e de esquadrão de caça e tática aérea.

REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Cel. Leônidas Araújo de Medeiros Júnior.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Cel. Leônidas Araújo de Medeiros Júnior, experiente piloto com atuação na Aeronáutica Militar e Aviação de Caça Brasileira, atualmente Comandante do Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, onde ordena a vigilância e o controle da circulação aérea geral no setor definido como de sua responsabilidade, notadamente o Sul, do País, gerenciando o tráfego e a defesa aérea, as informações, a meteorologia e as telecomunicações aeronáuticas, auxiliando ainda na busca e salvamento.

REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Grupo Slaviero.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Grupo Slaviero, que surgiu pelo espírito empreendedor do Sr. Fioravante Slaviero, dando início em seu primeiro negócio no Município de São José dos Pinhais, uma fábrica de torrefação de café, e paralelamente, começava a explorar no interior do Paraná as atividades de criador e invernista de gado, suas atividades expandiram-se para as áreas de beneficiamento e comércio de madeira, produção de palitos de fósforo, comércio de cimento, revenda de automóveis, caminhões e máquinas agrícolas e reflorestamento, tornando-se um dos mais expressivos grupos empresariais em atuação no cenário econômico nacional, por ser uma empresa em franco crescimento e de grande rentabilidade, leva o nome do empresariado paranaense além fronteira, demonstrando que com determinação, ousadia e transparência se faz um grupo em permanente expansão, gerando empregos e mantendo um parque tecnológico de última geração.

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Bruno Souza de Albuquerque Maranhão.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Bruno Souza de Albuquerque Maranhão, cirurgião geral, formado pelo Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é um dos médicos da nova geração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanitarismo, ciência e afeto, priorizando os princípios éticos.

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Olé Tapas y Copas.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Olé Tapas y Copas, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao casal Joel Estevão e Marisa de Fátima Miranda Estevão.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao casal Joel Estevão e Marisa de Fátima Miranda Estevão, que estiveram à frente do Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial - CAEP da Capela Santa Rita de Cássia em Campo largo, onde demonstraram toda a dedicação e empenho no auxílio a paróquia no tocante a administração dos seus bens, com irrepreensível integridade e empenho apostólico, de forma voluntária e de boa vontade, realizaram um grande serviço, digno de exemplo para aqueles que os substituirão.

REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes - Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a instalação de semáforos na BR 369, no trecho administrado pela concessionária Econorte que corta o perímetro urbano do Município de Cambará - PR, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 245/09**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Congregação Espiritual Paz e Amor da Mãezinha Laura Antonia com sede e foro no Município de Araucária - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Congregação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no Município de Araucária - Paraná é uma entidade jurídica de duração indeterminada, sem fins lucrativos.

A Congregação Espiritual Paz e Amor da Mãezinha Laura Antonia é uma instituição que tem por finalidade efetuar de todas as manifestações espíritas e suas aplicações dentro da ciência, religião e filosofia, estudar e ministrar os ensinamentos dos Mestres Espirituais, das profecias deixadas por nossa profetiza Mãezinha Laura Antonia, do Evangelho dentro dos princípios da doutrina espírita e proporcionar a assistência social aos que necessitam, bem como todo amparo médico, dentário, alimentar, vestuário, cultural, moradia e jurídico que serão prestados gratuitamente.

A receita será constituída por locação de livros, subvenções, auxílios, doações, juros, donativos, dividendos, mensalidades, por resultado de campanhas, festival de prêmios, jantares, quermesse, ação entre amigos e múltiplas rendas eventuais.

Em anexo documentos e relatórios das atividades da Congregação Espiritual Paz e Amor da Mãezinha Laura Antonia.

Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 246/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 171 da Lei nº 674, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171. Ao completar 30 anos de exercício o homem e 25 anos a mulher, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O artigo 138 do Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis do Paraná, que trata especificamente da aposentadoria, prescreve a redução em 5 anos para a mulher, em relação ao tempo de aposentadoria do homem.

Contudo, o artigo 171 não acompanha essa redução. Observando o teor do artigo 171, quando a mulher passa a ter direito ao adicional, com 30 anos de serviço, ela já está aposentada.

isto posto, justa é a concessão do adicional às mulheres, com 25 anos de serviço, podendo usufruir dos 5 anos desse benefício.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê):

“Informo aos Srs. Deputados, que na manhã de hoje na presidência, acatando mandado de intimação expedido pelo Juiz Relator da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo nº 07/06, a Mesa da Assembleia Legislativa declarou a perda de mandato do Deputado Carlos Simões e deu posse na cadeira de Deputado Estadual ao Deputado Neivo Beraldirn, a quem solicitamos que tome assento no Plenário do Poder Legislativo.”

Deputado Neivo Beraldin, digite a sua senha nesta Casa, como de igual maneira desejamos ao Deputado Neivo Beraldin sucesso e felicidades na nova missão que hoje inicia.

(Lê):

“Tributo a Fani Lerner

Peço a atenção das Sra. e Srs. Parlamentares e demais presentes para um registro que considero importante - no que, estou certo, me faço acompanhar pelo conjunto da sociedade paranaense.

Perdemos, na última quinta-feira, 21 de maio, Fani Lerner, naquela que se revelou a etapa final de uma luta pela vida, que se estendeu por mais de 14 anos.

Todos aqui ouviram falar de Fani Lerner. Muitos a conheceram. Alguns tiveram a oportunidade de conviver com ela. Na condição de amigo pessoal, quero oferecer aqui um testemunho público.

A garra com que ela lutou pela própria vida foi, em tudo e por todos, a mesma com que ela lutou pela vida de milhares e milhares de curitibanos e paranaenses, filhos e pais, em um sem fim de ações públicas ao longo de mais de 30 anos.

É difícil mensurar o alcance da sua obra, tantas foram as vidas poupadas e transformadas, senhoras e senhores, pela rede de programas sociais que ela sonhou, planejou, implantou e fez vicejar em Curitiba e em cada um dos Municípios do Paraná, onde a sua marca está presente até hoje.

Fani viu antes, muito antes, o que outras instâncias da Administração Pública no Brasil veriam mais tarde, em programas como o Comunidade Solidária, criado por Ruth Cardoso no período de Governo de seu marido, o Presidente Fernando Henrique; ou a Bolsa Família, herdeiro do Comunidade Solidária, implantado pelo Presidente Lula e equipe.

A então Primeira-Dama Ruth Cardoso, aliás, em visita ao nosso Estado para conhecer os programas sociais que Fani implantara e deles extrair experiências para o nascente Comunidade Solidária, disse algo que nos auxilia a compreender um pouco melhor o alcance da obra de Fani: O Paraná economiza tempo ao Brasil e aponta o caminho.

Alguns números podem nos ajudar a vislumbrar o que Ruth Cardoso viu. Nas gestões de Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba e Governador do Paraná, Fani criou e implantou um universo de 16 programas completos para crianças e adolescentes carentes.

Anotem, senhoras e senhores, porque esta mulher foi capaz de colocar em pé e funcionando cerca de 500 creches, pelas quais passaram, até hoje, aproximadamente 485 mil crianças de zero a seis anos de idade, recebendo carinho, atenção, cuidados, educação e liberando, dessa forma, suas mães para o trabalho.

E eu chamo a atenção para um programa em especial, cujo nome singelo traduz o princípio que orientava a ação de Fani, o de cuidar das crianças assistindo também quem por elas é responsável.

O Da Rua Para a Escola retirou da mendicância, da atividade perniciosa, do vício, da exploração e das futuras estatísticas policiais, 80 mil crianças, que deixaram as ruas e praças das nossas Cidades e voltaram para as salas de aula.

O funcionamento era simples e eficaz. Suas famílias recebiam uma cesta básica de alimentos, assumiam o compromisso de devolver a infância aos seus filhos e o Paraná resgatava parcela importante da sua dívida social.

Fani sabia o que estava fazendo. Ela conheceu a dificuldade em primeira mão e não apenas de ouvir falar. Filha de imigrantes judeu-poloneses que acorreram ao Brasil para escapar ao nazismo, Fani nasceu em uma Curitiba que contava com pouco mais de 100 mil habitantes. E, com apenas quatro anos de idade, tornou-se órfã de pai.

Sem que ela soubesse, nos anos de dificuldade, a vida preparava a futura psicóloga a ser formada pela Universidade Tuiuti para uma missão maior, a de estender a mão e ajudar a quem, como ela, foi colocado, desde pequeno, diante do desafio de uma vida em que o desamparo era um teste de caráter.

Fani era vida! E do seu amor pela vida fez matéria-prima para tudo que realizava. Em um tempo em que ninguém jamais tinha ouvido falar em ONGs, Fani fez do PROVOPAR, o Programa do Voluntariado, uma trincheira de luta pelos pequenos e arrebanhou um exército de 400 mulheres que, abastecidas de amor pelo próximo, dedicavam parte do seu tempo, principalmente em creches, às crianças carentes. Para todos eles, ela foi uma segunda mãe.

Mais experiente, nunca deixou de acreditar na capacidade de doação pessoal que todos nós possuímos. E assim reproduziu e ampliou sua obra como Secretária da Criança e Assuntos da Família do Paraná.

O reconhecimento veio em vida. Em 2003, venceu o Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, concedido pela organização norte-americana World of Children (Mundo da Criança), em parceria com a Instituição Hannah Neil. Aquela foi a primeira vez que uma pessoa da América Latina teve o seu trabalho reconhecido pelo júri da premiação, a mais importante do mundo na área de ação social voltada à criança.

Se a obra de Fani Lerner nos fala do seu trabalho operoso, incansável, criativo e generoso, o seu trabalho em si é quem nos diz da pessoa que ela era. De discreta elegância, sorriso sempre acolhedor, simplicidade única e caráter humilde, Fani sabia que somos aquilo que fazemos. E ela fez como ninguém.

Casada com Jaime desde 1964, mãe de Andrea e Ilana, avó de Ben, Liana, Tobias e Sophie, Fani encontrava tempo para ser a melhor companheira, a mãe amorosa, a avó protetora, a amiga de todas as horas.

E, mesmo surpreendida por uma doença terrível, ela jamais, por um instante sequer, permitiu que a sua dor pessoal e da sua família interferisse na sua vida pública.

Nestes tempos em que a sociedade do espetáculo não permite às pessoas sentir a dor da perda no recesso familiar, Fani foi, durante anos, exemplo de dignidade pessoal.

Certamente a maior dentre todas as Primeiras-Damas que o Paraná teve, Fani merece o nosso reconhecimento permanente pelo ser humano extraordinário que soube ser.

Obrigado, Fani Lerner. Agradeço em nome de milhares. Minha dor pelo seu desaparecimento se une, em silêncio, à da sua família e amigos. Que Deus a tenha e que a luz do seu olhar, que a tantos iluminou, siga irradiando o brilho do amor pelo próximo que foi o alimento da sua existência.”

Pequeno Expediente:

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

(Lê):

“Se, como ensina a sabedoria popular, ‘ao lado de um grande homem existe uma grande mulher’, a vida e a obra de Jaime Lerner estão impregnadas da presença de uma mulher extraordinária: sua esposa Fani Lerner.

Diferentemente de elogios feitos aos que mudam de plano, passando à outra esfera, Fani sempre foi elogiada em vida.

Sua presença foi marcante na obra social das administrações de Lerner, à frente da Prefeitura de Curitiba por três vezes e por oito anos no Governo do Estado.

Sua obsessão era a criança, o que a levou à construção de creches, permitindo às mulheres de seu tempo, uma melhor condição de atendimento aos filhos pequenos, pela necessidade que tinham de trabalhar fora.

Foram 500 creches no Paraná, nos dois mandatos de Lerner como Governador, e mais 120 creches em Curitiba, resultados de seu empenho em favor das crianças.

De suas participações nas administrações de seu marido, surgiram programas como o Da Rua Para a Escola, Projeto Piá, Estação do Ofício, Vale-Creche, pioneiro no Brasil, em que as empresas compravam vagas para filhos de seus funcionários; Formando Cidadão, e uma extensa lista de obras marcantes que beneficiaram, não apenas as crianças, mas igualmente todos os segmentos da sociedade desvalida.

Tudo começou em 1979, no 2º mandato de Lerner à frente da Prefeitura. Fani motivou um exercício de voluntárias no PROVOPAR, comandado no Estado por Dona Nice Braga.

Inicialmente com 400 mulheres da elite curitibana, que precisavam apenas de uma motivação para colocarem em prática o desejo de servir.

A ideia mestra desse grupo de mulheres que, como Fani, entendia que a mãe pobre, que trabalha fora, precisava de espaço adequado para deixar os filhos de zero a seis anos.

Um lugar de acolhimento e de educação, jamais reproduzindo os depósitos de crianças comuns na periferia da Curitiba de então.

Perseguida por muitos anos por moléstia insidiosa, a cada período de tratamento ressurgia renovada, como uma vontade incrível de viver e de servir.

Alita, minha esposa e todas as esposas de Deputados, esposas de Prefeitos e Vereadores desses períodos de Jaime, no comando do Estado e de Curitiba, sempre tiveram nela um arrimo forte e uma mão amiga.

Não será exagero definir Fani Lerner como uma espécie de São Francisco das crianças, tal a sua generosidade, tal a sua compaixão pelos mais sofridos.

Além de receber o título de Mulher do Ano, em 2001, foi premiada em vida pela Kellogg's, um prêmio mundial entregue em Columbus, Ohio, pela sua obra assistencial, uma espécie de Prêmio Nobel aos que muito realizam pelas crianças do mundo inteiro, como lembrou o jornalista Aroldo Murá, em seu livro Vozes do Paraná.

Ainda assim jamais perdeu a humildade, a simplicidade.

Os que tiveram o privilégio de conviver com ela sempre haverão de ter na memória a imagem de uma pessoa que nem o sofrimento causado pela doença, com que conviveu durante muitos anos e que acabou por vencê-la, conseguiu afetar em sua meiguice, em sua vontade de servir.

Curiosamente, apesar de dócil, meiga, generoso, era competente. Uma prova de que para dirigir gente e conseguir êxito nos trabalhos, nunca precisou se utilizar de atitudes deselegantes.

Jaime Lerner, um homem cuja fama como urbanista o persegue pelo mundo afora, ainda agora envolvido em projetos grandiosos não apenas no Brasil mas, igualmente, em vários Países do mundo, sempre teve em Fani o apoio que necessitava para seu crescimento, desde a juventude, quando recém-formado, ainda não alcançara o sucesso de hoje.

Num momento brasileiro em que os valores morais andam tão em baixa no Brasil e no mundo, a figura de Fani Lerner deve ser exaltada à exaustão, para mostrar aos jovens deste Paraná e deste Brasil que a virtude dá frutos. E bons!

O nome de Fani, pelo seu jeito de ser, pela sua obra, pela sua resignação perante a doença que a testou durante anos, vai ficar eternamente gravado na história política deste Paraná.

Impossível sintetizar num pronunciamento a extensão de sua obra.

‘Mãe dos descamisados’, ‘mão amiga’, são algumas das expressões com que foi brindada. O primeiro, possivelmente surgido de manifestação de nosso companheiro Luiz Carlos Martins, admirador convicto da obra, e testemunha ocular do empenho de Fani para minorar o sofrimento dos mais despojados, como radialista que é, comprometido com o atendimento às necessidades da população, e também como Vereador de Curitiba e como Deputado, são apenas algumas das homenagens que recebeu em vida.

Ao encerrar esta homenagem que prestamos à memória dessa mulher que partiu desta Terra, certamente com a consciência tranquila do dever mais do que cumprido, quero externar, certamente representando o sentimento de todo o povo paranaense, ao Governador Jaime Lerner, às filhas e genros, aos netos dessa mulher notável, o nosso mais profundo pesar.

Fani, o Paraná jamais a esquecerá.”

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito. Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Também quero deixar registrada aqui a solidariedade da Bancada do Partido dos Trabalhadores à família e aos amigos de Fani Lerner. Com certeza ela deixa sua marca na história do nosso Paraná.

Também uso a tribuna neste dia como uma forma de comunicar a todos os Parlamentares que, na noite de amanhã teremos, a pedido da Deputada Rosane Ferreira, mais uma Audiência Pública sobre o Código Florestal. Essa Audiência acontecerá a partir das 19h, no Município de Araucária, e está sendo organizada e articulada pela nossa companheira, a Deputada Rosane, que tem interesse de que também o Município de Araucária faça esse debate sobre o Código Florestal. Depois disso teremos mais duas Audiências Públicas, que já estão agendadas, e depois estaremos entregando esse documento tanto à Comissão de Agricultura da Câmara Federal como também ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Agricultura.

Aconteceu também na semana passada, Sra. Presidente e Srs. Deputados, a 5ª Jornada Nacional de Lutas da Agricultura Familiar. Nessa 5ª Jornada houve várias audiências em Brasília, inclusive com o Ministro Minc, sendo que um dos pedidos levados na pauta de reivindicações dessa 5ª Jornada é justamente aquilo que debatemos muito nesta Casa e que está vindo bastante nas Audiências Públicas que estamos fazendo sobre o Código Florestal, que seria um pagamento por serviço ambiental aos agricultores. E o Ministro Minc concorda e deve ser anunciado no próximo dia 5, quando vamos comemorar o

Dia Mundial do Meio Ambiente. O Ministro Minc, com o Presidente Lula, devem anunciar um decreto que prevê o pagamento por serviço ambiental aos agricultores familiares. Segundo o Ministro - e nós concordamos com ele - devem ser tratados de forma diferente os pequenos agricultores, que hoje já são cerca de 90% dos produtores do nosso País, que é a agricultura familiar. E o Ministro concorda que tem que ser pensado e que tem que ser feito um pagamento pelo serviço ambiental prestado pelos pequenos agricultores, porque esses deixam de produzir para preservar o nosso meio ambiente, o que é importante, mas é preciso pensar uma forma de compensar os nossos agricultores.

E a pauta entregue pela FETRAF, pelo CONTAG e pelo MPA, na semana passada, já obteve a resposta positiva do Ministro Minc e, com certeza, no dia 5, através do Decreto, será efetuada a forma e realmente o Governo estará assumindo esse pagamento pela preservação ambiental, pelos serviços ambientais.

Também o Ministro coloca que é importante, quando se discute a questão das pequenas propriedades ou da agricultura familiar, dizer que é possível somar a área de preservação permanente com a reserva legal, e junto com isso, também fazer a ocupação de uma forma que não venha prejudicar a nossa natureza e não venha prejudicar o nosso meio ambiente, que é a questão de plantio de árvores nativas e frutíferas nas áreas permanentes.

Então, isso é importante, porque é um passo a mais que se dá com relação à preservação, ou seja, a reserva legal e a preservação do nosso meio ambiente.

E quero aproveitar, porque não poderia deixar de comemorar a conquista, ou seja, o resultado da pesquisa *Vox Populi* que foi feita entre os dias 2 e 7 de maio, que coloca a nossa Ministra Dilma como sendo bem aceita pelos eleitores brasileiros. A Ministra Dilma já fica com uma intenção de votos entre 19 a 25%, e isso para nós é um ponto muito favorável, muito positivo, porque significa a aceitação de todas as ações do Governo Lula, a aceitação do trabalho que é efetuado pelos companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores. Também, nessa mesma pesquisa, temos que 34% dos entrevistados acham que o próximo Presidente deve ser do PT, e 23% asseguram que votam no candidato indicado pelo Presidente Lula.

Então, significa para nós um grande ganho quando falamos na intenção de votos. Significa que o povo brasileiro vem aceitando a forma de o PT administrar, de uma maneira especial do Presidente Lula, e está aceitando que esse projeto nacional deve continuar e deve ser com alguém do PT.

Também nessa mesma pesquisa coloca que o PT tem 29% de aprovação. Percebemos que o partido vem crescendo na aprovação, se compararmos com 2008, o partido tinha 25% de preferência, hoje tem 29%. Em seguida, com 8%, o PMDB; o PSDB, com 7%; e o DEM, com 1%. Essa é a pesquisa realizada pelo *Vox Populi*, a qual queremos comemorar, a intenção de voto e a preferência do PT e da candidata do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Neivo Beraldin, que está assumindo hoje novamente.

Quero registrar que no sábado foi feita uma manifestação dos funcionários da COPEL. Aqueles 700 funcionários que já completaram seu tempo de INSS e que, no entanto, não chegaram ao tempo necessário para aposentadoria também pela Fundação COPEL. Já havia dito aqui, há 25 dias, que teríamos problemas com esse processo. Sem entrar na questão que poderemos ter um apagão técnico, como já citei aqui. Sem entrar na questão de termos uma enxurrada de ações, aliás coisa que já está acontecendo, porque os sindicatos já se manifestaram no sentido de entrar com ações contra a decisão proferida pela direção da COPEL. E acredito que o Governador Roberto Requião sabe bem dessa história. E o Governador está equivocado por não tomar nenhuma medida para que possamos ter um processo diferente do que está acontecendo hoje. Fiz um pedido de informações há 25 dias e até agora não foi respondido, ou não chegaram até mim as respostas. E esse processo vai continuar. Vai ter uma série de desdobramentos, e esses desdobramentos, infelizmente, se houver um passivo trabalhista, vai ficar para o próximo Governo.

Também quero registrar aqui o meu espanto, e isso será objeto de um debate profundo na Cidade de Curitiba, sobre as declarações que vêm sendo feitas tanto da empresa Consilux como da URBS, sobre o acidente ocorrido naquela madrugada, que não há nenhuma imagem de radares nas proximidades do cruzamento onde ocorreu o acidente com o Deputado Ribas Carli. É surpreendente que não tenhamos nenhuma imagem dos sete radares!

Isso, claro, nos remete a um questionamento, inclusive do porquê desses radares existirem. Mas acredito que isso será tema de debates nas próximas semanas. Certamente a URBS e a Prefeitura de Curitiba tem uma explicação a dar. Vamos aguardar essa explicação, porque senão, também podemos começar a questionar se esses radares que estão lá servem para alguma coisa.

Ora, se em casos trágicos como esse não é possível apurar absolutamente nada, porque não há nenhum registro nas proximidades, começamos a nos perguntar se os outros radares estão prestando algum tipo de serviço para a Cidade de Curitiba, além de cobrar multas que chegam aos milhares em números.

Esse é um debate que já vem sendo feito, há mais de 10 anos, e claro que, num determinado momento, terá que ser respondido, até porque se não tivermos respostas vamos ficar com essas dúvidas que falei aqui. Será que os radares, de fato, educam? Será que os radares, de fato,

resolvem o problema de trânsito? Será que os radares são importantes para a Cidade? E não apenas em Curitiba. Seria injusto falarmos apenas da Cidade de Curitiba, pois no Brasil todo se adotou a prática do radar, mas se eles tiverem essa mesma lógica, de apenas em determinados momentos, ou apenas em determinadas situações registrar, acho que não é o caso. É um questionamento muito grande que está sendo feito a respeito disso. Nós obviamente vamos ter um questionamento a respeito disso.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Sra. Presidente, uso o horário da liderança e, por isso mesmo, não queria entrar nesse tema no Pequeno Expediente. Uso o horário da liderança do partido, uma vez que tivemos, na manhã de hoje, uma reunião feita com os Deputados e a direção do nosso partido, sobre uma situação que ficou bastante incômoda para alguns Deputados, para os partidos, com relação às declarações feitas, tanto pelo Líder do Governo Deputado Luiz Claudio Romanelli, como pelo próprio Governador Roberto Requião. Acho que há um equívoco em algumas declarações que estão sendo feitas, todos os dias, Deputado Caíto Quintana. os senhores todos acompanharam, Deputado Durval Amaral, inclusive na CCJ, já havia se manifestado dizendo que votaria a favor das emendas, no mérito, e foi o que o Deputado Amaral fez assim como outros Deputados.

Deputado Dobrandino, V. Exa. que foi líder aqui, com muita competência, durante um determinado período no mandato passado, nós acompanhamos esse processo das emendas ao projeto de recomposição salarial dos servidores públicos e sabemos que foram feitas diversas emendas e não apenas pelo PT. A Bancada do Partido dos Trabalhadores ofereceu cinco emendas. Agora, o que estamos vendo hoje, e me parece que está sendo feita de uma forma, não diria distorcida, aí eu partiria do pressuposto que há má-fé e não há, mas não foi apenas a Bancada do PT que apresentou emendas. Aliás, as primeiras emendas apresentadas foram do Deputado Mauro Moraes, que é do PMDB. V. Exas. sabem que o Deputado Mauro Moraes, para apresentar aquelas emendas, colheu outras cinco assinaturas e fez, inclusive, junto com aquelas outras emendas, com que o novo processo voltasse para a CCJ, posteriormente à votação aqui, onde todas as emendas foram rejeitadas por entendimento da maioria dos Srs. Deputados.

Eu me surpreendi, Deputado Elton Welter, com declarações dizendo que o salário do servidor não seria reajustado porque o PT apresentou emendas. Isso é uma inverdade absoluta. Primeiro porque votamos o projeto aqui já no limite da possibilidade de fechamento da folha. Ainda que não tivéssemos emendas, teríamos uma dificuldade muito grande dada à condição de votação.

A Deputada Rosane acompanhou a CCJ e sabe que por duas vezes o processo não foi à CCJ, segunda-feira não foi à CCJ, naquela terça-feira anterior as emendas não foram à CCJ, não veio a Plenário, inclusive porque alguns Deputados não estavam presente, não veio a Plenário. E ainda que não houvesse emendas, e essa verdade tem que ser dita, dificilmente, em condições normais, teríamos como fazer com que esse reajuste fosse feito com seus efeitos, ainda retroativos, mas que seus efeitos já fossem sentidos no dia 1º de maio.

Então, é uma inverdade o que está sendo colocado e, além disso, acho que desdobramentos que não ajudam. Quando ouço, tanto o Líder do Governo, como o Governador, dizer que o PT não é companheiro nas horas amargas, ora, ou está se passando por um processo de uma rapidez de perda de memória impressionante, que talvez seja até um caso clínico para se observar, ou então está se usando uma memória seletiva, uma memória que não vê, por exemplo, quando o PT fechou questão, e tínhamos dois candidatos fortes aqui, para votar no então candidato, hoje Conselheiro, embora *subjudice*, do Tribunal de Contas, Maurício Requião. O outro candidato era o Deputado que está sentado aqui, que certamente será novamente candidato ao Tribunal de Contas, ao seu tempo, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e que já havia se manifestado. V. Exa. já havia se manifestando buscando a bancada, como outros, buscando a bancada e pedindo apoio. O PT fechou questão, não com o Deputado Durval Amaral, mas fechou questão com o Maurício Requião. Quando o PT votou aqui no projeto que dizia que os transgênicos não poderiam ser objetos de plantio no Estado do Paraná, sabíamos da polêmica que seria, mas sustentamos essa polêmica.

Quando o PT votou aqui, na reforma tributária, ainda que com posição contrária de diversas lideranças e em determinados momentos, inclusive das principais lideranças do partido do Estado, sabíamos da dificuldade que teríamos, mas sustentamos essa posição aqui dentro.

Quando a maioria da Bancada do PT não assinou o projeto do nepotismo, por entender que isso criaria um momento de tensão com o Governo, nós respeitamos, todos nós, mas foi objeto, aquela assinatura que foi dada pelo Deputado de Maringá e que depois foi retirada, durante o período daquela assinatura foi dito, inclusive, que havia má-fé. E o PT sustentou depois, na sequência, que houve um equívoco, mas que não houve má-fé.

Ora, estou entendendo que, ou se quer fazer um processo de afastamento e está se buscando um motivo - e aí qualquer motivo basta e não se quer enfrentar abertamente isso - eu então há um processo de desgaste permanente para justificar futuras ações.

E insisto em um tema que hoje, no PT, tivemos um debate pela manhã e é a posição formal do partido, é bom que se diga, quem nomeia a quem, ao tempo que achar necessário, demite ou exonera, é o Governador do Estado, não é o PT. Se o Governador do Estado entender que os três Secretários, os dois Secretários e a Secretária

não prestam serviço condizente, inclusive politicamente, tem todo o direito de fazer a exoneração. O Governador, aliás, tem o direito de fazer isso se entender que o PSDB também não vota com ele aqui dentro. E vota. Dos sete Deputados do PSDB, cinco votam com o Governo sempre, tem uma Secretaria e tem a Presidente do LACTEC.

Sabemos como essas coisas acontecem, nada é por acaso, muitas das coisas que acontecem são por acordo político. E acho que acordo político é legítimo, desde que feito às claras, como tem sido feito aqui.

Então, em nenhum momento o PT foi bater às portas do Governo querendo coisas que não fossem legais, legítimas e transparentes. Não me parece, e falo em nome do partido, por isso falo no horário da liderança, não me parece que esse debate ajude nem o candidato do PMDB, já colocado, Vice-Governador Orlando Pessuti, nem a possibilidade do PT ter, num primeiro ou num segundo turno, uma aliança, seja com a candidatura que o PT apoia, seja com o candidato do PT, ou seja, apoiando o candidato do PMDB. Não me parece que esse tipo de intervenção contribua, o que me parece que está em jogo é um processo de desgaste permanente para a Bancada do Partido dos Trabalhadores que, legitimamente, e é bom que o Líder do Governo saiba disso, tem feito opções aqui dentro, a maioria das vezes em apoio ao Governo. E não entendo porquê temos que estar o tempo todo nesse processo de conforto. Não vejo esse tipo de questionamento, por exemplo, com o PPS, que teve um Deputado que não votou.

O Deputado Duílio sabe, se escolhe votar ou não votar. Não há nada de errado nisso. Agora, não vamos fazer o papel de ficar num canto choramingando. Falei isso inclusive na sexta-feira. Não acredito que seja de bom alvitre, nem os mandatos, nem os partidos, votarem em troca de alguma coisa. Acho que temos, sim, que votar nos projetos bons do Governador Roberto Requião, e tem muitos projetos bons. Somos parceiros, sim, no que diz respeito à forma com que a TV Educativa age. É bom que se diga que a TV Educativa foi reconhecida pela 4ª Região Federal como legítimo programa feito às terças-feiras. Os mesmos Juízes Federais que haviam negado outras situações com o Governador Roberto Requião não deram ganho de causa para o Ministério Público. Agora, é preciso que se diga também que não dá para julgar um partido dizendo: “Olha, vocês não vão mais entregar ônibus, ou ambulância, ou chaveiro”. Não é desse jeito que se faz política.

Vou continuar votando em todos os projetos que achar que são bons para o Estado do Paraná e que o Governador mande para esta Casa.

V. Exa. pode ter certeza, não haverá um único projeto que não estejamos juntos se esse projeto for positivo, como muitos que vieram para cá.

Agora, não vou aceitar que sejamos colocados em uma situação de ameaça. Nada que o Estado faça é de graça. Tudo o que é feito é uma retribuição à população, de uma ação que se chama imposto, que são pagos pela população, arrecadados pelo Estado e devolvidos à população.

O Governador Roberto Requião tem os seus motivos, às vezes, para reclamar, mas não tem motivos para reclamar da Bancada do PT, que tem sido leal o tempo todo, assumido compromisso junto e não vamos ficar aceitando essa historinha de: “Tiro o Secretário, tiro isso, não dou ônibus.”

Todos têm direito de encaminhar para as suas bases, os seus Municípios, aquilo que acharem conveniente e necessário.

Entendemos que esse não é o caminho. Vamos precisar manter uma frente progressista no Estado do Paraná. Vamos precisar, sim, do apoio do PMDB para eleger a Ministra Dilma. Queremos, sim, apoiar todas as iniciativas que são progressistas e que são positivas, e não vai ser por esta ou aquela manifestação pública que vamos mudar a nossa posição. Aliás, o compromisso que temos com os servidores é o mesmo que V. Exas. têm.

Quero encerrar lembrando aqui: o servidor público reconhece que não há perdas, do ponto de vista inflacionário, neste Governo. Ao contrário. Diversas carreiras têm sido colocadas para os professores. Não vou citar todas, mas diversas têm sido reconhecidas. O que não dá é, quando há uma divergência, se faça tempestade em copo d'água.

Espero que façamos política com mais de 18 anos e não com menos de 16, que é a idade da adolescência, como se fôssemos adolescentes e precisássemos de puxão de orelha quando saímos daqui. Aqui ninguém é adolescente, todo mundo sabe o que está fazendo. Queremos respeitar, mas também exigimos respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. sabe que a responsabilidade do PT com o Governador Requião é o mesmo do nosso PMDB com o Presidente Lula.

Próximo orador inscrito, Deputado Professor Lemos, no Pequeno Expediente.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes que nos acompanham nesta Sessão, também o telespectador que está assistindo pela TV SINAL, TV Exclusiva.

Venho a esta tribuna para falar de dois temas: Educação e pedágio.

Educação: estamos organizando no Brasil a 1ª Conferência Nacional de Educação. É a primeira vez que é convocada oficialmente uma Conferência Nacional de Educação, e é a primeira vez que os Municípios estão organizando Conferências Nacionais de Educação. Temos Municípios organizando individualmente a Conferência, temos Municípios reunindo seus professores, funcionários de escola e demais trabalhadores e trabalhadoras para fazerem Conferências Intermunicipais. Também teremos as

Conferências Regionais, e até 30 de junho, no Paraná e no Brasil, todos os Municípios participarão desse debate importante.

Quero dizer da satisfação de acompanhar os Municípios organizando essas Conferências e com a participação de trabalhadores e trabalhadoras de outras categorias, somando-se com professores, com funcionários de escolas para fazerem o debate, construindo um sistema nacional de educação. O Brasil não tem um sistema nacional de educação e é importante demais a construção desse sistema, e por isso a necessidade da participação da população em geral, para que possamos construir um sistema nacional de educação integrado, para implementar o artigo 22 da nossa Constituição Federal, para que a União faça, através de leis, as diretrizes da educação brasileira para alcançar todos os Municípios do Brasil e Estados.

Para regulamentar o artigo 23 da nossa Constituição, para fazer com que o regime de colaboração entre Município, Estado, Distrito Federal e União aconteça de verdade, para que possamos fazer com que a Educação seja de qualidade do Oiapoque ao Chuí, não tendo dificuldade em nenhum Município, em nenhum Estado, possamos ter, então, a Educação em tempo integral alcançando as nossas crianças adolescentes e jovens, e alcançando os adultos que, na idade regular, não tiveram condições de estudar.

Então, aproveito este espaço para estender o convite a todos os paranaenses, para que participem no seu Município desse debate, porque em outubro faremos a nossa Conferência Estadual, com os delegados tirados nas Conferências Municipais. E em abril do ano que vem vamos a Brasília para fazer essa Conferência Nacional, construir o Sistema Nacional de Educação, para avançarmos com qualidade e também garantindo matrícula para as crianças, desde a educação infantil até o término da universidade. Este é um direito que assiste à nossa população e temos o dever de fazê-lo ser cumprido no Brasil.

Então, aproveito para convidar Deputados e Deputadas para participarem dessas Audiências, desses debates e dessas Conferências.

Quero também falar do pedágio. Nós tivemos um ato importante hoje na Fazenda Rio Grande, entre Fazenda Rio Grande e Mandirituba, porque a população não aguenta ter que pagar pedágio, morando nas imediações, sendo multada pela Polícia Rodoviária Federal ali, aquelas pessoas tendo seus produtos majorados no preço, ficando inclusive em desvantagem com outras regiões, na hora de entregar aqui em Curitiba o repolho, a alface, a cebola, enfim, o produto que é produzido naquela região de Mandirituba, dando um prejuízo para os moradores.

Os moradores de Mandirituba, da Fazenda Rio Grande e dos Municípios daquelas imediações estão sofrendo com o transtorno daquela praça de pedágio, e mais do que os transtornos, estão tendo prejuízo aqueles que precisam ir à escola, aqueles que precisam ir do trabalho. Queremos, já com denúncia formulada no Ministério Público, que o pedágio, que a concessionária reconheça o

direito dessa população de ir e vir livremente, sem ter que pagar. Que aquelas placas sejam então isentas. Que as trincheiras sejam construídas, que a população possa passar de um lado ao outro da sua Cidade e seja respeitada.

Aproveito para convidar os Deputados para amanhã, às 14h, uma Audiência na Câmara de Vereadores, lá de Mandirituba, onde vamos debater com a presença de representantes da concessionária, para ouvirmos a população, tirar de lá as reivindicações e fazer com que a concessionária cumpra com o seu dever e respeite a população de Mandirituba e Fazenda Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou aqui para agradecer esta Casa de Leis, agradecer a todos os Deputados a votação, por unanimidade, dos Deputados presentes, do título e Cidadão Honorário que entregamos na Cidade de Maringá, na quinta-feira à noite, com as ausências confirmadas e depois justificadas por justa, muito justa ausência, da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Nelson Justus, do Deputado Alexandre Curi, por motivo de luto, com a morte da esposa do ex-Governador Jaime Lerner, que fez um brilhante trabalho para o Estado do Paraná, a Fani Lerner. Também o nosso sentimento.

Sr. Presidente, fizemos uma Sessão itinerante na Cidade de Maringá, com a Câmara Municipal de Maringá superlotada. Duas grandes figuras, com a presença do Deputado Jonas Guimarães, do Deputado Teruo Kato e do Deputado Luiz Nishimori. Duas figuras importantes do Estado do Paraná, médicos, professores, cientistas, na qual a nossa proposição foi aprovada nesta Casa, de dois grandes cirurgiões, dois grandes maringaenses: Paulo Sakai e Minao Okawa.

Paulo Sakai e Minao Okawa, filhos de São Paulo, do interior paulista, criaram-se em Maringá e fizeram uma história, na primeira universidade federal do País, que é a Universidade Federal de Medicina, aqui de Curitiba. Curitiba formou dois grandes profissionais, que trazem uma alegria muito grande, não só para a Cidade de Maringá, para todo o Estado do Paraná e, alegria também para todo mundo. Haja vista que o professor Dr. Paulo Sakai é um dos nossos chefes, há 18 anos que eu participo do Congresso Mundial de Endoscopia, é o nosso chefe mundial e é o nosso chefe do Departamento de Endoscopia do Hospital de Clínicas de São Paulo.

O professor Dr. Minao Okawa, há 38 anos fazendo o bem àqueles que são menos favorecidos pela sorte, fazendo o bem àqueles pessoas que realmente precisam de um médico. E trouxe uma admiração muito grande quando um cientista preparado, que dá aula no mundo

inteiro, no Canadá, no Japão, Estados Unidos, Sr. Paulo Sakai fez com que toda platéia, mais de 300 pessoas ficassem pasmas. Um grande cientista dizer, de público, que após tratar um ente querido, usou todos os medicamentos possíveis que podemos usar num hospital e não chegava à cura. Uma pneumonia se alastrou e tomou conta dessa criança de apenas 13 anos.

Esse grande cientista, Deputado Teruo Kato e Deputado Jonas, que ouviram da boca de um grande homem, que chamou a família e disse: “Seu filho está desenganado. Seu filho, a qualquer momento, pode chegar a óbito”. A sua mãe disse: “Doutor, posso orar, posso rezar, posso dobrar os joelhos?” E o grande professor disse: “Sinta-se à vontade.”

Pasmem! No terceiro dia essa criança já estava de alta da UTI. Foi quando aquele grande cientista e professor Paulo Sakai disse: “Vocês viram, senhores, que nos que somos médicos, que somos cirurgiões, nós que enfrentamos tantas patologias, temos o nosso limite. Essa criança foi salva.” O professor Paulo Sakai, Chefe da USP em São Paulo, hoje, disse assim: “Vocês acreditem num Ser Supremo, vocês acreditem em Deus, porque nós médicos temos limites.” Como é bom rezarmos, fazermos as nossas orações e pedirmos a Deus, mesmo como cirurgião, mesmo como médico, ouvindo isso de um grande cientista, de um grande professor que dá aula no mundo inteiro.

Esse é um exemplo para nós médicos, para nós Deputados, nós da imprensa, para nós seres humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Dr. Batista, V. Exa. é especial, um Deputado médico, um homem que tem feito muito pelo Paraná, e V. Exa. merece todo tempo, que enquanto estiver na presidência poderei dar, porque a homenagem que V. Exa. prestou em Maringá é muito merecida.

Próxima oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.
(Lê):

“Há muito tempo que a reforma política vem sendo discutida e cobrada pela sociedade e também por nós, representantes eleitos. No Congresso Nacional esse assunto vem sendo discutido e debatido e é tema de várias propostas. No ano passado, a discussão do aumento no número de Vereadores e da redução da verba para as Câmaras Municipais foi levada até as vésperas do início do período eleitoral. Este ano, o assunto ainda é discutido.”

“Nesta semana, a Câmara dos Deputados deve votar o pedido de urgência para a proposta de reforma política do momento, que trata exclusivamente do voto em lista e do financiamento público de campanha.

Dois pontos importantes, mas que não caracterizam uma reforma política completa, já que outras importantes decisões que deveriam ser tomadas, para o avanço e a melhora do sistema eleitoral brasileiro, ou estão esquecidas temporariamente, ou não entram na pauta de discussão, por serem ainda mais delicadas, principalmente porque se visa uma decisão já para as próximas eleições, em outubro do ano que vem.”

“Mas a reforma política que devemos realizar, e que parte de todos nós cidadãos brasileiros, e não só do Congresso Nacional, levar adiante, é muito mais abrangente. Devem entrar em questão não só o voto em lista para os cargos legislativos e o financiamento público de campanha.”

“O Presidente Lula citou, ainda no ano passado, que a reforma política poderia ser realizada por uma Assembleia Constituinte exclusiva. Talvez não precisemos de tanto, mas o assunto deve ser tratado com mais destaque e mais profundidade.

“Nesta semana participei da 13ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais - da UNALE, e gostaria de discutir lá em Belém do Pará os mesmos pontos que coloco em discussão aqui na Assembleia Legislativa.”

“Sabemos todos que o voto em lista pretende aumentar a participação dos partidos políticos na sociedade. O voto em lista permitiria que os eleitores conhecessem os partidos. Porém, a aceitação quanto ao voto em lista não é compartilhada pela maioria dos eleitores. Isso porque no Brasil, desde que a ditadura militar acabou com os partidos tradicionais e criou o bipartidarismo, os eleitores não têm uma identificação com as legendas, nem mesmo após 20 anos da volta ao pluripartidarismo.”

Participei no ano anterior, no ano passado e não estive na UNALE, cuja reunião se deu em Porto Alegre, e lá, o Deputado Ibsen Pinheiro fez uma explanação sobre a reforma político-partidária. E dizia que ela estava para ser votada e que provavelmente iria à votação nos 15 dias seguintes daquele encontro.

Pois bem. Estamos indo para dois anos depois do encontro da UNALE e espero que possamos debater esta reforma tão importante para o conjunto da sociedade.

“Uma alternativa ao voto em lista, um meio termo com a situação atual, seria o voto distrital misto, que é adotado em Países como a Alemanha. O eleitor votaria no candidato da sua preferência, na sua região, e optaria também por um partido político - sendo que dois terços das vagas iriam para os eleitos nos distritos eleitorais e o outro terço elegeria representantes de uma lista formada pelos partidos.”

“Isto fortaleceria não só os partidos políticos sérios, como também aproximaria os representantes dos eleitores. Isto, além de reduzir os valores gastos nas eleições, já que não precisaríamos fazer uma campanha em todo o Estado para garantirmos os votos, concorreríamos por nossas regiões e todas elas seriam representadas, tanto aqui na Assembleia como na Câmara dos Deputados.”

“Além desse ponto, o voto distrital misto, outro ponto importante, mas que eu não teria tempo suficiente para discutir nestes minutos nesta tribuna, é o voto facultativo, que entendo ainda não ser possível de adoção, porque muitas pessoas se isentariam do processo e seria promovida a compra de votos, sobretudo daquelas pessoas menos favorecidas e desinformadas. Entretanto, o voto facultativo pode e deve ser implantado, assim que os números registrados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), atingirem notas superiores e mais pessoas ingressarem nas universidades.”

Também deve entrar em discussão mais aprofundada a extinção dos suplentes de Senador na fórmula utilizada atualmente, em que poucos eleitores têm conhecimento de quem são os candidatos à suplente de Senador.

Outro ponto importante e que também fortaleceria os partidos políticos é o fim das coligações nas eleições proporcionais. Isso sem falar nas outras propostas, como a adoção da cláusula de barreiras. O que também causa muitos debates é a fidelidade partidária, que só foi adotada no País por decisão do TSE e que a permissão para a troca de partidos sem perda de mandato, pelo menos uma vez a cada quatro anos, sugerida por alguns Parlamentares, vai na contramão da proposta de fortalecimento dos partidos. Sem falar na adoção do regime do Parlamentarismo, que cada vez ganha mais adeptos entre as personalidades políticas nacionais.

Eu iniciei essa minha fala sobre todas essas questões para chegar num detalhe, que atualmente passa longe da mídia e das discussões políticas, mas que é muito importante e que eu defendo: a coincidência das eleições brasileiras. Todos os cargos sendo preenchidos numa única vez, numa grande atividade democrática, que seria benéfica em todos os sentidos.

Atualmente, acontecem eleições no Brasil a cada dois anos, muitas vezes paralisando os trabalhos nas Assembleias e Câmaras. Vimos isso no ano passado aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Dos 54 Deputados, 13 saíram candidatos a Prefeito ou a Vice-Prefeito dos nossos Municípios, incluindo eu, que fui candidata em Araucária e pedi licença por dois meses do meu mandato. E isso não acontece só aqui no Paraná, mas em todo o Brasil.

Outro ponto importante deste debate é o valor gasto nas campanhas. Dinheiro que é pago pelos contribuintes. A campanha eleitoral de 2008 em todo País custou pelo menos 2,43 bilhões, segundo levantamento realizado pela Folha nos registros oficiais do TSE. Só a propaganda eleitoral gratuita daquele ano custou aos cofres públicos R\$ 242,3 milhões. Esse é o valor que a Receita Federal deixou de arrecadar com a isenção fiscal concedida às emissoras de rádio e televisão para transmitir as propagandas dos partidos. E elas ocorrem no País a cada dois anos. Um valor que poderia resultar na construção de mais de 58 mil casas populares.

Desta forma, fica aqui a minha defesa para a unificação das eleições. Poderíamos, num só momento, votar e eleger Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Governadores, Senadores e o Presidente da República.

E vejo que isto poderia ser adotado já. Em 1986 ocorreriam eleições municipais, e o Congresso definiu pela extensão do mandato dos Vereadores e Prefeitos daquela época, que tiveram seis anos de mandato. Sugiro que esta extensão seja neste momento.

Não quero entrar no mérito da discussão do terceiro mandato presidencial, que muito tem se discutido atualmente. Porém, quero defender aqui o meu ponto de vista de que os mandatos dos Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e do Presidente da República sejam estendidos por mais dois anos.

Outra possibilidade, que acredito ser menos possível de adoção, mas que poderia, sim, ser aceita por nós políticos e principalmente pela sociedade, é que ano que vem aconteçam eleições para um mandato mais curto, ou um mandato tampão, de dois anos.

Uma dessas alternativas possibilitaria que tivéssemos, já em 2012, eleições unificadas, para todos os cargos. Daria, sobretudo mais tempo para que a reforma política debatida e colocada em prática com todas as suas mudanças.

Defendo também o fim da reeleição para os cargos executivos e uma ampliação dos mandatos de quatro para cinco anos. Um período necessário para que os eleitos tenham tempo suficiente para cumprirem com seus objetivos, deixando resultados concretos dos seus mandatos.

Antes de todos os pontos da reforma política, este o da coincidência das eleições, é o mais importante no meu ponto de vista. Reduziremos gastos e ampliaremos o tempo de trabalho dos Parlamentares, sem interrupções por causa das eleições tão próximas.

Acredito também que a unificação das eleições possibilitará mais ainda o fortalecimento dos partidos. Durante a campanha, os programas partidários serão mais bem entendidos pela população. Hoje, vemos Vereadores e Prefeitos de um partido fazendo campanha, durante as eleições nacionais, candidatos e partidos diferentes dos seus, com programas ainda mais diferenciados.

Com as eleições ocorrendo todas ao mesmo tempo, os programas dos partidos seriam mais amplamente divulgados, sendo defendidos em todas as instâncias. Os políticos fariam campanha por seus colegas de legenda, fortalecendo e muito seus partidos, acabando com as legendas de aluguel e diminuindo a quantidade de partidos sem força e sem ideologia.

Sei e entendo a importância da reforma eleitoral e desejo que ela seja realizada. E volto a declarar: a unificação das eleições no Brasil é de suma importância e terá, com toda a certeza, o apoio da sociedade”.

Poderíamos lançar mão de um referendo, de uma consulta ampla, e tenho certeza que seríamos exitosos nessa reforma, que precisamos e pleiteamos.

Há tempos atrás fui visitada por um Prefeito e ele me perguntou se eu não iria visitar sua Cidade. Falei que não, pois era uma base distante da minha, as discussões são muito diferenciadas e não tinha a intenção, naquele momento, de visitar. Então ele me disse que muitos Deputados estão visitando, estão oferecendo trabalho, apoio. E, busca de levar para sua Cidade benefícios, colocava a sua Prefeitura à disposição do nosso trabalho.

Entendo que, a partir do momento que unificar-mos, isso não vai ocorrer. Vamos fazer programas juntos. As Prefeituras trabalharão juntas com seus líderes para ampliar as suas bases, o número de eleitos e, principalmente, para defender um projeto nacional de Governo, mesmo não tendo representantes em nível de Congresso. Aí sim teríamos o fortalecimento dos programas partidários.

Quero dizer que estarei em Belém, na UNALE, representando esta Comissão com mais dois ou três Deputados, e pretende levar essas minhas ideias.

Para finalizar, queria tomar a liberdade de fazer das palavras do nosso Presidente Deputado Nelson Justus e do Deputado Elio Rusch, as minhas palavras com relação a Sra. Fani Lerner. Como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e Adolescente, digo que o legado da Sra. Fani Lerner foi imenso. Podem ter certeza, esta senhora fez a diferença na vida de muitas mulheres paranaenses.

Muito obrigada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem. Em função da posse do Deputado Neivo Beraldin, o PR perdeu o Deputado Carlos Simões. Consequentemente tínhamos o Bloco PTB/PR e, a partir do momento que temos apenas três Deputados, deixamos de ter o bloco. Outra dúvida, o PTB tem uma vaga na CCJ e amanhã tem reunião da CCJ. Consulto V. Exa.: para quem fica a vaga da CCJ?

Hoje até não usarei o horário do bloco, porque entendo que foi dissolvido, e naturalmente não posso mais usar o horário da liderança da função de que foi dissolvido o bloco.

Então gostaria de fazer essa questão de ordem a V. Exa. Estamos vivendo a era de tudo limpo, tudo bonito, tudo transparente. Então, não quero cometer nenhum equívoco nesta Casa. Estamos vivendo tempos novos, Sr. Presidente. Então, acho que tem que ser assim.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Respondo a V. Exa. que acho que não é definitiva a exclusão do Deputado Carlos Simões e, se eu estiver na presidência, concederei a palavra a V. Exa. no horário do seu bloco. V. Exa. pode ter a certeza de que, enquanto eu estiver no exercício da presidência, eu concederei a V. Exa., a não ser que a Comissão de Constituição e Justiça, ou o Presidente, tomem essa decisão de extinguir o bloco que V. Exa. faz parte com tanto brilhantismo.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, antes de formular a questão de ordem, na mesma linha do Deputado Jocelito, queria dizer que o PTB não perde a vaga na CCJ, porque é levado em consideração o dia da eleição, o resultado das urnas. Portanto, essa vaga do PTB é definitiva, que é a vaga que o Deputado Carlos Simões usava na CCJ. Segundo, o bloco depois de feito, tem os direitos assegurados, mesmo que um Deputado acabe saindo antes de terminar o mandato.

Gostaria de formular a seguinte questão de ordem, Sr. Presidente, com base no artigo 104 do Regimento Interno. Vou formular por escrito, depois V. Exa., naturalmente, junto com a Mesa Executiva, dará a resposta. Ocorre que tem sido prática, aqui nesta Casa, apreciar as emendas, mesmo que a CCJ conclua pela inconstitucionalidade, e essa atitude tem afrontado o Regimento Interno, Sr. Presidente, e aí que formulo a questão de ordem, para que a Mesa comece, a partir desta questão de ordem, a adotar uma outra providência em relação à questão das matérias apreciadas pela CCJ.

O artigo 33, na letra “a” diz: *Sempre que a CCJ, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição - sabendo-se que, conforme diz o artigo 136 do Regimento Interno, proposição é uma emenda - sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outra comissão, cabendo impugnação do autor preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Dessa decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa e, inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada.* E o que diz o Regimento Interno, Sr. Presidente.

Portanto, uma emenda que tiver parecer contrário na CCJ, deve ser arquivada e o autor terá que fazer recurso para o Plenário. O Plenário pode admitir a tramitação dessa emenda ou não. Se o Plenário entender que a emenda não deve ser votada aqui, vai rejeitar a tramitação dessa proposta. Está escrito no nosso Regimento Interno, no artigo 33.

Então, Sr. Presidente, é esta questão de ordem que formulo a V. Exa., por escrito, para que V. Exa., junto com a Mesa Executiva, possa interpretar o Regimento Interno e criar aqui uma jurisprudência, a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado Nereu Moura, esta Presidência agradece a preocupação de V. Exa. O Presidente Nelson Justus, na quarta-feira, fez um apelo ao Deputado Jocelito e ao Deputado Romanelli, que fizessem por escrito essa dúvida, para que fosse dirimida, ou pela Mesa Executiva, ou afirmadamente pela Comissão de Justiça. O Deputado Jocelito Canto, que brilhantemente defendeu essa tese durante as votações do projeto de aumento, já encaminhou e o Deputado Romanelli não.

Então, esta Presidência aceita o requerimento de V. Exa. e encaminha apenso ao do Deputado Jocelito para que essa dúvida seja dirimida, ou pela Comissão Executiva, ou principalmente pela Comissão, ou principalmente pela Comissão de Justiça. E cumprimento V. Exa. pelo levantamento da questão para que possamos solucionar definitivamente.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de também fazer um esclarecimento sobre o tema. Queria dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, no Projeto de Resolução nº 07, já publicado no Diário Oficial da Assembleia, da bancada, propõe mudanças no Regimento Interno que prevê essa temática, na medida em que há a rejeição na Comissão de Constituição e Justiça que essas emendas não tramitem mais nesta Casa. Portanto, se colocarmos em discussão e apreciação essas medidas apresentadas - na época o Líder era o atual Prefeito Luizão - está tramitando na Casa e esperamos que isso resolva definitivamente essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Welter, acho que essa Comissão de Reforma do Regimento Interno se arrasta já há muito tempo. E as sugestões do PT sempre são bem-vindas. Porém, acho que com essa dúvida levantada por ocasião da votação do projeto de aumento do funcionalismo, deveremos nos reunir imediatamente para tomarmos essa decisão. E talvez com isso apressemos o estudo da reforma do Regimento, para que não ocorram mais dúvidas, ou que passemos a ser atualizados no momento político

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)

Entendo a colocação do Deputado Nereu Moura, como já uma questão colocada no Regimento atual em vigor, tanto é que tivemos uns projetos de lei do Deputado Litro, colocados como inconstitucionalidade dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Aí, o Deputado Litro entrou com um recurso de Plenário pedindo para que os projetos viessem para a votação. Esse pedido do Deputado Litro foi rejeitado. O Deputado Litro, por obediência, nem questionou mais a sua questão de projeto.

Então, entendo que hoje temos seguido este Regimento, mas já não tínhamos emendas no Plenário, rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça, sem que houvesse um recurso por escrito à Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece a atitude de V. Exa, e acho que será, a mesma dúvida, esclarecida pelo Presidente ou pela Comissão de Justiça.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Diante de tudo isso que tem ocorrido, fiz dois pedidos à Mesa. O primeiro, V. Exa. já citou, que é a questão das emendas e do cumprimento desse Regimento,

também tão bem levantados pelo Deputado Nereu Moura. Eu também fiz, entrei com um pedido à Presidência, também colocando uma representação contra os Deputados que fizeram as emendas. Eu entrei com um pedido, está na Mesa para V. Exa. deferir, o Presidente desta Sessão, porque no meu ponto de vista os Deputados não podem apresentar emendas.

Não quero cassar o mandato de ninguém. Agora, gostaria que esse meu recurso, essa representação fosse o Conselho para que se manifestem sobre aquilo que estamos falando aqui, que é do Regimento.

Então, protocolei também um pedido ao Conselho de Decoro Parlamentar desta Casa, no sentido que se pronuncie a respeito daquilo que os Deputados não poderiam fazer, que está na Constituição do Estado, que Deputado nenhum, quando jura aqui, propor nada contra a Constituição do Estado do Paraná. Espero que o Conselho analise o meu recurso e, ao mesmo tempo, depois, encaminhe da forma que deve ser encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

A Mesa deverá se reunir amanhã e apreciaremos, com toda a certeza, a dúvida de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

V. Exa. acaba de informar agora que a Mesa vai se reunir amanhã. O nosso Regimento Interno, na verdade, um artigo conflita com o outro. Na verdade, se formos levar ao pé da letra, se as emendas forem rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça, cabe a qualquer Parlamentar recurso, no prazo de 15 dias.

Então, Deputado Nereu se o projeto sofrer emendas, vai na CCJ, esse parecer contrário. Se quer arquivar as emendas, tem que esperar 15 dias para o projeto voltar para o Plenário. Quer dizer, vamos atrasar todo o processo de votação. Por esta razão é importante, antes de tomar qualquer decisão em relação ao arquivamento definitivo de qualquer proposição, conforme Regimento Interno, cabe recurso no prazo de 15 dias se as emendas não vierem a Plenário. Mesmo assim, se a CCJ não acatar o recurso, cabe ao Parlamentar recurso ao Plenário ainda. Está no Regimento Interno, porque um artigo contradiz outro.

Por esta razão, peço que a Mesa, quando se reunir amanhã, tenha muita cautela, pé no chão, para que não venhamos, de repente, travar o andamento dos processos aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

E toda decisão terá de ter o aval da Comissão de Constituição e Justiça, que é a que dá a legalidade a todos os projetos e dirime as dúvidas levantadas.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para esclarecer o Deputado Elio Rusch, que o Regimento Interno é muito claro: *prazo máximo de 15*

dias. Não quer dizer em 15 dias. Portanto, o Regimento é claro, todavia fiz uma questão de ordem por escrito à Mesa e a Mesa vai responder por escrito também.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Deputado Scanavaca, por 15 minutos, no Grande Expediente.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Presidente Antonio Anibelli, Secretários Dr. Batista e Jonas Guimarães.

(Lê):

“O dia 25 de maio é especial. É a data em que se comemora o Dia da Indústria. E, no Paraná, há muito o que comemorar. O parque industrial do nosso Estado é formado por quase 40 mil empresas.

Estes empreendimentos geram cerca de 30% do PIB e 54% da arrecadação de ICMS do Estado. E mais: a indústria gera 60% das divisas de exportação do Paraná e emprega perto de 700 mil pessoas. Esse é o retrato da diversificada indústria paranaense de hoje.

Mas quero aqui resgatar um pouco da história da indústria do Paraná, que teve no Barão do Cerro Azul seu maior incentivador.

Quero compartilhar esta história com os nobres Deputados Estaduais, por considerar relevante que se inclua nos Anais desta Casa um relato que valorize os empreendedores do nosso processo de industrialização.

O virtuoso ciclo industrial de agora teve início no começo do século XIX, com a atividade extrativa e de beneficiamento da erva-mate, que ficou arraigada na nossa cultura produtiva até os dias de hoje.

Aqui, cabe uma particularidade: diferentemente do resto do País, esta indústria usava somente mão de obra livre, e não escravos.

Já naquele tempo, a manufatura do Paraná mostrava sua vocação exportadora, visto que a produção de erva era exportada para o Uruguai, Argentina e o Chile. Chegamos a dominar o mercado mundial de mate.

Foi nesta época que o engenheiro paranaense Francisco da Costa Pinto criou máquinas que revolucionaram, a feitura do mate, alternando por completo os índices de produção e plantando definitivamente a cultura.

Senhoras e senhores, o primeiro ciclo industrial ajuda a diversificar o parque fabril paranaense no final do século XIX, notadamente quando começam a chegar por aqui os imigrantes italianos e alemães.

Os italianos dão início às indústrias de barricas de madeira, onde o mate passa a ser embalado para exportação.

Também ligada ao mate, surge a indústria metalúrgica, que produz as novas máquinas para moagem da erva.

Outro setor que se desenvolve é a indústria gráfica, que confeccionava os rótulos colocados nas barricas.

O ciclo do mate vai até o início do século XX e provoca o aparecimento da classe média urbana.

Este novo mercado passa a ser suprido por pequenas fábricas de sapatos, de roupas, de vidro, de pianos e outras.

A partir dos anos de 1920 a indústria da madeira substitui a erva-mate como indutor do crescimento econômico paranaense.

Ainda hoje, a indústria de base florestal é uma das mais representativas da nossa economia, mas com o boom do café na década de 40, o processo de industrialização foi superado pela atividade agrícola.

A retomada da industrialização do Paraná se dá no início dos anos 60, com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - CODEPAR, depois transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Fortes investimentos em telecomunicações, energia elétrica, rodovias, ferrovias, porto, rede de armazenagem, colocaram o Paraná de novo na rota dos empreendimentos industriais.

Inicia-se, assim, transformação do perfil econômico do Estado, com predominância da atividade agroalimentar.

Senhoras e senhores, no curso dos anos 70, o estado do Paraná experimenta um verdadeiro boom econômico, aproveitando de mecanismos institucionais de apoio à atividade produtiva.

Fortalece-se a associação indústria-agricultura, com fomento ao cooperativismo e produção integrada. Nessas circunstâncias, a economia paranaense observa um forte dinamismo e segue uma progressiva diversificação.

A agropecuária se moderniza e no setor industrial há uma substancial introdução de novos segmentos produtivos. Entram em cena setores como de metalmecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, refino de petróleo e fumo.

Os gêneros tradicionais também se ampliam, especialmente nos ramos de madeira e produtos alimentares.

Na Capital as transformações ficam mais nítidas, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba.

Nossa economia e nossos setores produtivos cresceram mais do que a média brasileira nos anos 80, apesar de perder impulso por conta do fraco desempenho econômico do País.

De toda forma, aquele foi um período de redefinição e reordenamento do setor produtivo paranaense e de busca por novos mercados.

Os investimentos industriais feitos no final da década de 70 e início dos anos 80 começavam a amadurecer.

É nesse contexto que o Paraná altera, de forma radical, a sua base econômica e a indústria passa a liderar o crescimento da economia.

Surgem novas atividades que envolvem um maior grau de processamento da matéria-prima. Vale ressaltar, ainda, que esta nova indústria conta com a participação intensiva de capital de grupos nacionais e multinacionais.

Chega-se à década de 90 e nela sobressai um novo ciclo de desenvolvimento, provocado por fortes investimentos externos.

Entramos no mapa da indústria automotiva.

Passamos a gerar o que se pode classificar de empregos de melhor qualidade, com agregação de tecnologia e melhoria da renda dos trabalhadores. Notadamente, isso se dá na Região Metropolitana de Curitiba. Mas não se pode negar a realidade de que, em todos os rincões do Estado, vivemos um processo emblemático de industrialização. O fato é que, na década atual, a indústria paranaense está consolidada e em expansão.

Temos hoje mais de duas dezenas de aglomerados industriais, chamados Arranjos Produtivos Locais, espalhados pelo Paraná, sendo apoiados pela nossa Federação das Indústrias. Eles são formados por 4 mil indústrias dos ramos de madeira e mobiliário, confecção e vestuário, tecnologia da informação e software, metalmecânico e indústria mineral. Todo este complexo gera mais de 70 mil postos de trabalho e vitaliza a economia de diversas Cidades e regiões. Por isso, merecem toda a nossa atenção.

Caminhamos, ao longo da nossa breve história de uma matriz produtiva, denominada pelo processamento de matéria-prima básica, para um conjunto de atividades de imenso conteúdo tecnológico.

Por óbvio, é nosso dever render homenagens e reconhecer os esforços dos pioneiros dos primeiros tempos da indústria paranaense.

Mas é legítimo dizer que nos cabe agora valorizar os empreendedores industriais de hoje, criando um ambiente favorável ao crescimento deste importante setor.

Com isso, vamos contribuir para impulsionar o nosso Estado para o caminho do desenvolvimento econômico sustentável e para mais prosperidade social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Questão de ordem do Deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

(Procede à leitura do artigo 27 do Regimento Interno)

É que houve agora uma questão de ordem, feita pelo Deputado Jocelito Canto, dizendo que uma vez que o bloco foi extinto, porque ficamos com menos de quatro Deputados, no entendimento dele a vaga da CCJ ficaria com o direito somente do PTB.

Agora, entendo que da mesma forma como o PR foi o integrante, ou seja, lá atrás fez juntamente com o PTB um bloco, constituísse um bloco nesta Casa, acho que o PR não é excluído dessa condição. O PR poderá, sim, no meu entendimento, também ser o titular ou suplente. Faço essa questão de ordem a V. Exa. para saber se o PR fica excluído ou continua tendo o mesmo direito na CCJ como os demais Deputados do PTB.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Se V. Exa. me permite, Deputado Chico Noroeste, solicito que V. Exa. faça essa questão de ordem por escrito à Mesa, para que ela possa ser apreciada pela Mesa Executiva.

Acho que daí V. Exa. terá uma resposta concreta e de acordo com o Regimento.

Obrigado.

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Neivo Beraldin, dando as boas-vindas ao Deputado que reassume o mandato nesta data.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Assumo a tribuna com muita alegria nesta tarde, somente para agradecer os 30 mil e 575 votos, que me fizeram outra vez Deputado do Paraná.

Quero agradecer aos eminentes Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi, à Mesa Executiva desta Casa, pela recepção cordial, gentil, que tive nesta manhã.

É uma alegria compor a Bancada do PDT do Paraná. Dizer também que hoje, pela manhã, quando tomei posse no gabinete da presidência desta Casa, tive uma alegria muito grande em ver tantas lideranças do Paraná, vindas de longe, Vereadores, Prefeitos, amigos, companheiros que vieram nos prestigiar e nos enchem de orgulho e de satisfação.

Assumimos este mandato com determinação, vontade de servir a nossa gente.

Quero também destacar a presença do Vice-Governador, que me honrou com a sua presença, nosso velho amigo e companheiro Orlando Pessuti. Quero agradecer a presença do Prefeito Beto Richa, acompanhado da sua esposa Fernanda, junto com alguns Secretários do Município de Curitiba.

Recebi um telefonema do nosso Senador do PDT do Paraná, Osmar Dias, que justificava compromissos e não pôde estar presente, mas era intenção do Senador estar aqui presente nesse evento. Recebi um e-mail do Senador Álvaro Dias, que por motivos da CPI, não pôde estar aqui.

Senti-me altamente honrado e prestigiado, orgulhoso em poder reunir a minha família, os meus amigos e ter a presença de tantos Deputados Estaduais, colegas desta Casa, prestigiando a nossa posse.

Meus amigos, é verdade, dois anos se passaram e eu longe desta tribuna que fiquei durante 20 anos.

Prestei hoje o 7º juramento como homem público do Paraná e orgulhosamente, apesar do momento de crise na política paranaense e brasileira, aonde se tem quase sempre notícias que não são positivas, as notícias são negativas nas primeiras páginas dos nossos jornais. Queremos contribuir para sermos um exemplo, sermos chamados de excelência, queremos ser excelentes na conduta ética, no campo moral, na convivência humana, sobre-

tudo na convivência humana, vamos evidentemente colher informações, opiniões, para que possamos exercer um mandato digno que o povo tanto espera.

Meus amigos, irmãos Deputados, contem conosco. Tenho um objetivo muito grande na minha vida pública de defender o meio ambiente, eu que criei a Lei do ICMS Ecológico nesta Casa, que foi acolhida por todos os Deputados, e posso dizer que quando a lei foi criada, 52 Municípios passaram a receber uma compensação financeira pela importância ecológica que tem, pela preservação dos nossos mananciais, de onde vem a água que bebemos.

Puder ver Municípios alavancarem a sua economia, aumentar as creches, as escolas, os postos de saúde com este dinheiro da compensação do ICMS Ecológico. Mas, é muito importante destacar o seguinte: na época, eram 52 Municípios contemplados na lei. Hoje, são perto de 240 Municípios. Ganhamos 600 novas áreas verdes na busca deste dinheiro do ICMS Ecológico. Catorze Estados do Brasil copiaram nossa lei. O IBGE, em recente pesquisa nacional, atestou ser a lei que mais investe em meio ambiente neste País.

Também, Sras. e Srs. Deputados, na curta passagem que tive de 14 meses na Secretaria do Esporte e Lazer de Curitiba, lá pude ter a certeza da importância do esporte e do lazer. O esporte como inclusão social, o esporte que educa, que disciplina, que afasta as pessoas do mundo das drogas, que integra a família.

Tive oportunidade de lançar algumas novidades naquela pasta, como os Jogos Femininos, criados em Curitiba, onde se inscreveram de 6 a 8 mil mulheres. Num próximo pronunciamento falarei mais sobre esta questão do esporte e do lazer, departamento este que quero dar muita atenção.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Vou ser bem objetivo, saudar V. Exa. e desejar sucesso no exercício do mandato, porque o sucesso de V. Exa. também será a felicidade para os mais de 30 mil eleitores que votaram em V. Exa. e também de tantos outros paranaenses, que haverão de ser contemplados, direta ou indiretamente, com a boa ação parlamentar de V. Exa. nesta Casa, um homem experiente, conhece bem os problemas do Paraná, já veio para a tribuna trazendo subsídios para todos nós, Parlamentares.

Que V. Exa. seja abençoado por Deus, seja muito feliz nesta missão que Deus colocou sobre os ombros de V. Exa., que é trabalhar nesta Assembleia Legislativa, que acostumamos, na intimidade, chamar de Casa do Povo, porque somos o que somos, dependemos sempre do nosso povo, porque sem o povo não somos absolutamente nada.

Seja muito feliz, com um regresso marcado por muitos êxitos, nobre Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERLALDIN (PDT)

Muito obrigado, Deputado. Acolho com muita alegria suas palavras. Sobre tudo quando V. Exa. fala em Deus.

Acho que Deus deve estar presente em nossas vidas em todos os momentos. Acho até que não ficaria mal se quando abrísssemos as Sessões, na Assembleia Legislativa, rezássemos o Pai-Nosso, para que todos nós, de mãos dadas, possamos a cada momento lembrar que vamos começar o trabalho, nesta Casa, num objetivo muito importante para Deus, porque estamos aqui para legislar, fazer leis, fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público. Tudo isto diz respeito a Deus. Tudo isso Deus leva muito em conta. E temos uma responsabilidade maior do que aqueles que não têm mandato eletivo, porque nós temos que dar o exemplo à nossa comunidade. Fica aqui a sugestão ao Presidente desta Casa, para que quando começamos a Sessão, possamos rezar o Pai-Nosso, aceito em todas as religiões.

Meus amigos, eu não poderia esquecer de agradecer também o Prefeito de São José dos Pinhais, Ivan Rodrigues, que aqui veio com seu vice, com praticamente todo o seu secretariado; os Prefeitos de Quatro Barras, de Campo Magro; a saudação ao Prefeito de Lindoeste, a saudação da Região Noroeste do Paraná; nossos amigos de Mallet, Rebouças, Rio Azul, Piraquara, Pinhais, Campina Grande do Sul, Campo Largo, enfim, vieram tantas pessoas aqui que, na intenção de nominá-los, vou acabar cometendo uma injustiça, porque evidentemente poderia esquecer alguns Municípios e alguns nomes.

E vejo aqui o nosso colega e ex-Deputado Costenaro, que aqui está nos honrando com a sua presença. E olhando aqui no plenário, vejo muita gente nova na Casa, que quando exerci o mandato não estavam aqui, e senti algumas ausências também, como por exemplo do Airton Araújo, um grande Deputado, combativo, e que me ajudou tanto nas tarefas desta Casa, na Comissão de Fiscalização e Controle, que presidi por quatro anos, e do Deputado Rafael Greca de Macedo, que também foi um Deputado brilhante que aqui esteve.

Mas, não vou me alongar no pronunciamento de hoje, porque nos próximos dias vou tratar de assuntos do interesse do nosso mandato e do Paraná.

Quero agradecer muito à Deputada Cida Borghetti, que também esteve em nossa posse hoje, bem como o Deputado Federal Ricardo Barros.

Dizer que é uma alegria muito grande voltar a esta Casa. Enfim, meus amigos, Sras. e Srs. Deputados e população do Paraná, que Deus nos abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Artigo 10: Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares.

Tenho o maior e profundo respeito pelo Deputado Anibelli, mas para não incorrer em erro, temos no artigo 10, referente às representações partidárias, no parágrafo 4º, temos que não será admitida a formação de bloco

parlamentar composto por menos de quatro Deputados, e o parágrafo 5º diz que se o desligamento de uma bancada implicar a perda do número fixado no parágrafo anterior, extingue-se o bloco parlamentar.

Então, só consultaria V. Exa., porque a partir de hoje estamos com apenas três Deputados, com a saída do Deputado Carlos Simões, e de acordo com o nosso Regimento Interno, a partir de hoje extingue-se o Bloco PTB/PR. Gostaria de confirmar com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem razão. Está claro no Regimento que a partir do momento em que houve a saída de um Deputado, extingue-se o bloco. Poderá formular essa questão de ordem por escrito, bem como o Deputado Chico Noroeste, para obviamente fazermos a confirmação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Só queria dizer que votamos uma resolução, onde foi reduzido para três. Não sei o número da resolução, mas esta Casa, no início da Legislatura, em 2007, efetivamente deu a oportunidade de os blocos terem três Parlamentares. Só para poder dizer que o Regimento está desatualizado. Isso penso eu, não estou contestando o Deputado Jocelito.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Mas, esse assunto será encaminhado à Mesa Executiva, com a questão de ordem colocada pelo Deputado Jocelito e também pelo Deputado Chico Noroeste, e será respondida por escrito.

O SR. OSMAR BERTOLDI (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na verdade, venho apenas agradecer a presença do Ênio Gava, Vereador da Cidade de Rio Bonito; do David Camelo, 1º suplente; e do Nelson, que estão visitando esta Casa, ele que é Presidente do Diretório Municipal daquela Cidade. Muito obrigado pela presença dos três membros do Democratas.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, comitê de imprensa e paranaenses que acompanham os trabalhos através da TV MERCOSUL e também da TV SINAL.

Gostaria de registrar que, no sábado, a Cidade de Londrina festejou os 70 anos de vida de uma grande figura humana, de um arrojado empresário, o Sr. Dino Carmo. Recebeu o carinho de sua esposa, Dona Virgínia, de seus filhos, dos netos, da família toda e de uma grande quantidade de amigos. Impressionante o carinho e o respeito que o povo tem a essa grande figura que é o fundador do CIAP - Centro Integrado e Apoio Profissional. Dino Carmo, com seus 70 anos de vida, é o tipo do empresário que precisamos muito no nosso Brasil. Gente dinâmica, arrojada, que está acima de crise. Com confiança, com capacidade, como diz o Carmo: "Ajudamos a fazer com que o Brasil caminhe para frente". Parabéns ao Sr. Dino Carmo.

Recebo alguns e-mails que os paranaenses estão nos enviando. Por exemplo: a Nayara Figueiredo é da PUC e está querendo conhecer mais o nosso trabalho aqui. Muito obrigado, Nayara.

Aí tem um policial militar que manda um e-mail dizendo: *Como é meu direito e está em nossa Constituição que o policial militar não pode ganhar menos de um salário-mínimo por mês em seu soldo, gostaria que V. Exa. me indicasse qual é a melhor opção: entro na Justiça comum, onde com certeza, haverá mais um precatório e o Governo vai protelar em pagar, ou é melhor entrar na AMAE, onde os responsáveis não deixarão que a tramitação ocorra, pois são mandados pelo Governador Roberto Requião, ou ainda, se aguardo o próximo Governador. Está aí uma pergunta interessante.*

Temos a carta de Maringá sobre a carreira docente das instituições estaduais de ensino superior do Estado do Paraná. Tem até o Projeto de Lei nº 106/09, e apresentei uma emenda, atendendo uma sugestão dos agentes universitários da UEL, que é a minha terra, para elevar à carreira de professor os agentes universitários.

E agora estou recebendo aqui do UNICENTRO, da ADOEM, SINDOEPG, da ADUNIOESTE e o do Sindicato dos Docentes da UEM, um pedido contrário à nossa emenda. E respeitamos, porque é uma casa democrática e temos que saber que toda matéria que apresentamos tem o lado favorável e o lado contrário.

Evidentemente, não respeito aos agentes universitários da UEL, apresentei essa emenda que já foi para a CCJ, vai receber o Plenário e, depois, em Plenário, vamos discutir se a nossa emenda deve ou não ser incluída no Projeto nº 106/09.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. por mais esse pronunciamento, sempre trazendo matéria de interesse público. Com relação ao soldo do policial militar, conseguimos escrever na Constituição do Estado do Paraná, depois de bastante mobilização da sociedade, especialmente da Corporação da Polícia Militar do Estado, de que o soldo tem que ser, no mínimo, o salário-mínimo

nacional. Isto não está sendo praticado. Para alcançar o mínimo está sendo paga uma gratificação e isso implica em prejuízo para todos os policiais militares do Estado do Paraná, incluindo o Corpo de Bombeiros, com quem tivemos debate, recentemente. Tivemos debate também com a AMAI.

Como membro da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, conversamos como Deputado Mauro Moraes, que preside esta comissão e, em conjunto, fizemos um requerimento que foi aprovado aqui na Assembleia. Dia 18 de junho, às 14h, faremos aqui, com a presença dos policiais militares do Estado do Paraná, um debate sobre a regulamentação do artigo 39 da Constituição do Estado do Paraná. Queremos regulamentar, aqui no Estado, um subsídio que já foi regulamentado para o Poder Judiciário e para o Poder Legislativo. Faltou a Polícia. E vamos debater, também o soldo.

Quero aproveitar o espaço para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e convidar toda a Corporação da Polícia Militar para estar presente aqui na Assembleia Legislativa. Convido também os demais Deputados aqui, às 14h, no dia 18 de junho.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns, nobre Deputado Lemos.

Gratificação não entra na aposentadoria. Eu vi outro dia um servidor desta Casa que vai se aposentar. Ele ganha mais ou menos R\$ 1 mil e 700, incluindo gratificação, mas na aposentadoria vai cair para R\$ 700 e poucos. Então, o bom mesmo é ser fixado o salário.

Bem, eu tenho um caso muito humano, do Joel Luiz Manica. O irmão dele estava em uma moto, diz aqui que sofreu um acidente, um caminhão causou um acidente, no dia 22 de dezembro do ano passado, e o irmão dele perdeu todo movimento de um dos braços, precisa fazer uma cirurgia em Curitiba, e só tem a metade do recurso. Alô, Secretaria da Saúde, faça um complemento, alguma ajuda para poder ser feita essa cirurgia, quem sabe para restabelecer os movimentos do braço desse cidadão!

Presidente, temos uma carta do Onair Rodrigues de Bairros:

Em julho de 2006, enviei correspondência ao amigo, onde na oportunidade expressa minha indignação e descontentamento com o Programa Luz Para Todos.

Naquela oportunidade, relatei que eu e mais alguns produtores rurais da região de Prudentópolis, estávamos desde 2001 tentando junto a COPEL a instalação de energia elétrica em nossas propriedades.

Não posso concordar com tamanho desrespeito que a empresa tem pela propriedade rural, muito embora ficamos longe dos centros urbanos, ainda somos produtores e contribuimos para a riqueza do nosso Estado.

Em agosto de 2006 foi aprovado o requerimento em Sessão Plenária da Deputada Cida Borghetti, onde pedia ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, solicitando extensão da rede de energia até as propriedades dos reclamantes.

Por sua vez, a empresa COPEL, através do Ofício CODR-C1698/06, datado em 01/09/06, endereçada ao nobre Deputado Nereu Moura, informava que as propriedades rurais que foram reclamadas seriam atendidas no início de 2007.

Pasmem! Esse ofício não passou de uma mera enganação, pois o Diretor-Presidente da empresa COPEL, Sr. Rubens Ghilardi, enganou a todos, pois até agora só serviu para protelar e não instalar nada, ou seja, nenhum fio de energia passou ou irá passar em nossas propriedades até 2015.

Essas informações nos foram passadas da própria empresa. Diante disso, não nos resta outra alternativa senão buscar, mais uma vez, o apoio de V. Exa. no sentido de interceder novamente junto ao Governo Estadual para que providencie as ligações de energia em minha propriedade e aos demais que represento.

Mas que absurdo! Então, o Onair Rodrigues de Bairros é um produtor da região de Prudentópolis. É lamentável que a COPEL tenha enganado, tenha iludido esses proprietários rurais. Prometeram a energia elétrica para 2007, começo de 2007, já, já vamos estar no ano de 2010, e cadê a energia elétrica para esses proprietários? Daí, fica aquela indagação: cadê o Luz Para Todos, se ainda tem regiões que estão na escuridão?

Faço um apelo aqui ao nobre Deputado Líder, Romanelli, para que V. Exa. - Prudentópolis não é minha base, - mas V. Exa., com o prestígio que tem, manda no Governo, que o Deputado Romanelli consiga que a COPEL dê, de fato, luz para todos e coloque energia elétrica para os proprietários rurais de Prudentópolis.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PSDB; PDT.

(Declinam)

PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Belinati, quero aqui, publicamente, solicitar que a COPEL possa, em parceria com a ELETROSUL e com a ELETROBRAS, providenciar imediatamente as ligações do Luz Para Todos para os produtores rurais da nossa querida Prudentópolis.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero me somar às homenagens que foram feitas aqui, à Dona Fani Lerner, esposa do ex-Governador Jaime Lerner. Convivi com ela durante a minha vida toda e sempre tive com ela um relacionamento extremamente cordial. Reconheço na pessoa da Dona Fani Lerner uma pessoa que prestou relevantes serviços à sociedade curitibana e paranaense. E foi uma pessoa, mãe de família, certamente temos que reconhecer que foi uma esposa exemplar. E eu, como sempre fui Oposição ao

Governo Jaime Lerner, poderia dizer o seguinte: se o Governo Jaime Lerner tivesse tido mais prestígio da Dona Fani, certamente não teríamos tido razões para criticar, como criticamos. Eu, publicamente aqui, me solidarizo com a família e deixo claro, sempre com as minhas lembranças, quando soube do falecimento, eu pude orar e pensar justamente aquilo que estou dizendo aqui da tribuna: foi uma pessoa extremamente gentil. Eu era Deputado de Oposição, ela sempre teve um relacionamento cordial. Então, em todos os anos - eu a conheci ainda na Prefeitura - tivemos um convívio marcado por aquele estilo que ela tinha, extremamente respeitoso, e, diga-se de passagem, extremamente competente naquilo que fez, e fez muita coisa boa por este Estado do Paraná.

Por isso, fica aqui a minha homenagem à Dona Fani e os meus sentimentos à toda a sua família, ao Governador, às suas filhas, aos genros, enfim, a todos seus cunhados, ao Júlio, especialmente, que é meu amigo.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui tratar de dois temas que são importantíssimos, na minha avaliação. Primeiro, em relação, Deputada Luciana Rafagnin, à senhora que representa aqui o Partido dos Trabalhadores. Não vou falar das nossas relações de dificuldades aqui, não é isso que vou falar. Chamo a sua atenção num outro sentido: na última segunda-feira, participei da Audiência Pública com a presença do Ministro Paulo Bernardo; da Secretária Nacional da Habitacional, Inês Magalhães; do Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, o Superintendente da Caixa, enfim diversas autoridades; representantes do movimento social e de pessoas interessadas na política habitacional do Estado.

Quero dizer que aquilo que eu temia muito acabou se confirmando. A Câmara dos Deputados, por orientação do Governo, acabou abrindo uma brecha para poder atender os pequenos e médios Municípios. Acabou sendo aquilo que eu pensei que pudesse acontecer mesmo, ou seja, dos recursos que podem chegar ao longo dos anos, R\$ 60 bilhões, o total que poderá chegar os investimentos, se retirou, na verdade, única e exclusivamente para atender Município. Os 4 mil e 737 Municípios brasileiros que estão excluídos do programa e, dos 399 Municípios do Paraná, 350 estão excluídos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Retirou-se apenas R\$ 1 bilhão, que será feito um leilão para que os outros bancos possam participar, para poder aplicar esse dinheiro. Se considerarmos que o Paraná está recebendo, do total do volume dos recursos, 44,4%, 44 mil casas, e aplicarmos a mesma regra, vamos descobrir o seguinte: de R\$ 1 bilhão, o máximo que o Paraná poderá receber serão R\$ 44 milhões. Ora, cada casa para as famílias que ganham até três salários, já foi fixado o orçamento de R\$ 40 mil cada casa, uma casa de 35m², que vai ter um preço médio de R\$ 1 mil e 200. Porque serão construtoras que terão que fazer essas casas, mantidas as regras da aprovação feita na Câmara dos Deputados.

Aí, de fato, entra um problema grave: 44 milhões por essa regra, dá 1 mil e 100 casas para o Estado do Paraná, divididas por 350 Municípios, dá exatamente três casa e meia por Município.

Então, faço esse comunicado à Casa, no sentido de tentar mobilizar a bancada federal, mais especificamente no Senado da República, para poder tentar negociar com o Governo para modificar isso. Foi a orientação do Governo, que manteve essa regra, e R\$ 1 bilhão para a política habitacional do Brasil, não é nada esse dinheiro. Tanto que para o Paraná serão 1 mil e 100 casas, para todos os 350 Municípios que não atingem os 50 mil habitantes.

Para dar um exemplo, pego a nossa região do Norte Pioneiro, Municípios como Cornélio Procopio, que tem 47 mil habitantes; Santo Antônio da Platina, que tem mais que 30; Jacarezinho também com mais de 30, esses Municípios todos estão excluídos do programa. Além de todos os outros pequenos e médios Municípios. Assaí está excluído. É muito grave o que está acontecendo com os recursos. Nunca antes teve tantos créditos, tantos subsídios para construir moradia.

Por isso, quero dizer publicamente da minha preocupação. É um tema que eu tinha esperança que houvesse uma modificação, e todos sabem o seguinte: acredito muito na política habitacional que desenvolvemos no Governo do Presidente Lula, temos os recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, mas ele vai ficar subordinado aos interesses do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os outros programas, na verdade, não haverá recursos para executar os outros programas e nós, sinceramente, vamos passar por um período, na minha avaliação, muito complexo, por conta de que atendido foi, mas com valor tão pequeno que não se terá efetividade para atender os pequenos e médios Municípios do nosso Estado do Paraná.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, não tenho dúvida que o Governo tem dialogado com os Prefeitos do País e tentado buscar uma solução.

Seu raciocínio é objetivo em cima do Programa Minha Casa, Minha Vida. A Caixa Econômica tem uma infinidade de projetos e programas habitacionais. O foco do Minha Casa, Minha Vida, foi para fazer frente à crise, e os Prefeitos, que se organizaram no passado, antes do Programa Minha Casa, Minha Vida, Cidades pequenas que cumpriram a formalidade, conseguiram casas com a Caixa Econômica, com a COHAPAR.

V. Exa. recomende a esses Prefeitos que façam a formalidade e que haverá recursos, sim, na Caixa Econômica, para suprir o déficit habitacional dos pequenos Municípios, que Prefeitos que fizeram este dever de casa, antes do Minha Casa, Minha Vida, já conseguiram casas e certamente os Prefeitos que... **(ausência de som)**...

daquilo que é responsabilidade do Município serão contemplados nos programas federais de habitação urbana.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Welter, eu gostaria...

(término do horário)...

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Gostaria que o que V. Exa. afirma se tornasse realidade. Infelizmente não é isso que vai acontecer. E não está acontecendo. Tenho uma dúzia de Municípios, gostaria de pedir o seu apoio para que pudéssemos liberar a construção dessas casas nesses Municípios. Vou repetir o número, temos 15 mil unidades da COHAPAR, está prontinho para começar as obras, prontas, os projetos estão todos prontos. É só o Governo Federal autorizar, a Caixa Econômica assina os contratos, repassa os recursos, só que não tem dinheiro para isso. O dinheiro está todo concentrado na Minha Casa, Minha Vida. O que vai ser atendido é a Medida Provisória nº 459. Lamentavelmente, Deputado Welter, gostaria de dizer a V. Exa: estou profundamente equivocado, não é isso! Infelizmente é isso, infelizmente temos uma insensibilidade, é uma visão em relação à questão do déficit habitacional, que foge àquilo que é do interesse do nosso Estado e da nossa gente.

Conversei - não vou revelar as conversas que tive em off com as pessoas, não vou fazer isto, mas são decisões tomadas, de fato, em outras esfera - e o sentimento de que os modelos que temos alternativos de construção e que têm dado grande resultado, eu dou exemplo de habitação rural, desenvolvido pela CRESOL, pela FETRAF, e por fim, por tantas entidades neste País, pelas COHAB's, órgãos assemelhados, Municípios...(ininteligível)...habitacional, estão excluídos. A visão é a seguinte: tem que ser através de construtora. Ponto. É esta a visão que prevaleceu vencedora. Vencida foi a postura de poder abrir isso para modos alternativos de construção, como gestão comunitária, auto-construção e tantos modelos que já temos aí vem avaliados, aprovados, e ao mesmo tempo vale a regra para atender construtoras.

Quando eu aqui, na Audiência Pública, Deputada Beti, falei sobre isso, falei publicamente o que eu pensava, houve risos, houve risos dos empreiteiros, do representante da CEBIC (sic), do SINDUSCON, houve risos, as pessoas riram como se eu fosse um ingênuo naquilo que eu estava defendendo. Vou continuar coerentemente defendendo a política habitacional do Governo do Presidente Lula, porque eu a conheço, nós a criamos através das Conferências das Cidades, dos Conselhos das Cidades, trabalhamos com os movimentos sociais. Temos que reconhecer: as pessoas, quando falo pessoas, as de boa fé estão batendo na porta das Prefeituras e estão pedindo para os Prefeitos as casas que estão na televisão, na propaganda Minha Casa, Minha Vida. E não tem a casa.

Não vai ter também, muito menos porque não vai dinheiro para construir em Municípios com menos de 50 mil habitantes.

No Paraná são 350 Municípios que estão excluídos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Não adianta tentarmos dourar a pílula, estou dizendo que é muito grave a situação!

V. Exa. sabe, sou uma pessoa que tem uma forma de ser, de agir, de me conduzir, com responsabilidade, e me pauto no sentimento de que tem que fazer o melhor com relação àquilo que viemos fazer aqui como Parlamentares. A minha tarefa aqui, como legislador, é poder alertar todos os Deputados dessa gravidade, dessas medidas que estão sendo tomadas que são contrárias ao interesse público e, fundamentalmente, das pessoas mais pobres do nosso Estado, dos movimentos sociais que nós temos, muito bem articulados na área da moradia, que estão excluídos.

Vou continuar defendendo a política habitacional do Presidente Lula, É essa que está especificada. Temos um sistema de habitação de interesse social. Há um subsistema de habitação de interesse social, muito bem articulado. Essa parte do interesse social está excluída do ponto de vista do sistema que criamos.

Quero dizer que o fato é grave. O Paraná tem uma demanda de 261 mil casas e 85% delas são para famílias até três salários-mínimos. Mais de 60% do nosso déficit habitacional, no nosso caso, paranaense, está localizado nas pequenas e médias Cidades. Temos no Paraná 189 Cidades que têm ocupações irregulares, vamos ao português claro, que têm favelas.

A palavra favela, para quem não sabe, vem de uma árvore. Era uma árvore frondosa que, no término da abolição da escravidão, os negros que saíam das fazendas, que eram mandados embora pelos fazendeiros e senhores e engenho, não tinham onde ficar e vieram para as periferias das grandes Cidades. Eles, obviamente, foram morar embaixo da sombra protetora dessas árvores chamadas favelas, que acabou a denominação desse assentamento subnormal, que são as ocupações irregulares onde mora o assentamento humano.

São temas, na verdade, altamente complexos e que temos que enfrentar.

Deputado Durval Amaral, lhe concedo o aparte.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Queria cumprimentar V. Exa. pela maneira muito clara e objetiva, V. Exa. que entende e é um profundo conhecedor da habitação popular. Desenvolveu o Programa Casa da Família, que realmente até hoje, para aqueles que receberam as moradias, é uma verdadeira dádiva de Deus, essas casas, pelo valor pequeno e bastante modesto o valor da prestação.

Ouvindo V. Exa. e lendo pelos jornais, penso que mesmo que a intenção do Presidente Lula seja boa, me parece que como está colocado o programa é alegria só para os grandes empreiteiros e das grandes construtoras.

Excluir os pequenos Municípios desse programa habitacional é cometer um equívoco inaceitável e inexplicável. São as pequenas Cidades, as médias Cidades que precisam de uma maneira objetiva das moradias populares, até como maneira de controlar, de fazer diques de contenção para que as pessoas possam viver e morar onde os seus parentes moram e vivem, porque senão vamos continuar incentivando a concentração nas grandes metrópoles e nas grandes Cidades.

Só para cumprimentar V. Exa e dizer que está de parabéns nessa defesa intransigente da habitação popular, e muito mais do que isso, dos 350 outros Municípios do Paraná, que estão excluídos do programa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Durval Amaral. Quero dizer que lamento reconhecer que é isso mesmo, ou seja, a alegria é para os empreiteiros, esses ficam felizes mesmo.

Nós poderíamos construir duas casas pelo preço de uma, é só passar o dinheiro, antecipar a primeira parcela como vão fazer com os empreiteiros. A maior luta que tive foi para poder antecipar a primeira parcela. Aqui nesta sala se discute, se debate sobre a crise econômica que passa e que vive ainda a COHAPAR. Qual é o problema da COHAPAR? É o capital de giro para fazer as casas. Não tem dinheiro para fazer as casas. Para as empreiteiras vai ser antecipada a primeira parcela. Tem para as empreiteiras, não pode ter também para um órgão que cumpre, única e exclusivamente, a finalidade de atender o social? O seu lucro é o social, o lucro é o resultado. Por que é para as empreiteiras, tem o dinheiro e tem para ser antecipada a primeira parcela? Para o Governo, para a COHAPAR, para as COHAB's de Londrina, de Curitiba, não tem dinheiro.

Quero dizer a todos os seguinte: que isso independe, conversei com o Fórum Nacional da Secretaria de Habitação, que são suprapartidários. Tem Governador e Prefeitos do PDT, PMDB, PSDB, PT, estou conversando com eles, temos uma rede de habitação no Brasil, e a indignação é nacional. V. Exas. não imaginam o quanto as pessoas estão indignadas com essa situação que estamos vivendo, principalmente, penso que há uma questão que é a virtualidade, não é possível fazer um comercial, colocar na televisão pessoas como se elas tivessem recebido as casas e as pessoas, na verdade, estão batendo nas portas das Prefeituras para fazer cadastro e esse cadastro não poderá ser atendido, porque não tem dinheiro para fazer habitação com recursos do FGTS. O recurso do FGTS é privado e é público.

Penso que é um tema muito preocupante. Como não sou omissor, sei que causa muito desconforto subir aqui na tribuna e falar isso, mas não poderia deixar de falar, porque corro o risco de me tornar, na verdade, conivente com aquilo que eu quero mudar. Não acredito que fazer casas no Estado do Paraná exclua-se 350 Municípios e se privilegie empreiteiros. Nós lutamos para acabar com isso, já havia um consenso nacional que casas para

pessoas de baixa renda não é através de empreiteiros. Agora vem, de fato, essa medida, que na minha avaliação subverte tudo aquilo que construímos de positivo na política habitacional do Governo do Presidente. Lula.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos à Liderança da Oposição.

(Declina)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 434/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que dispõe sobre a reajuste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009, incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos do quadro de servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Elton Welter, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembleia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Memorando subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que na manhã de hoje, na presidência, acatando o mandato de intimação expedida pelo Juiz Relator da Ação da Impugnação de Mandado Eletivo nº 07/06, a Mesa da Assembleia Legislativa declarou a perda de mandato do Deputado Carlos Simões e deu posse na cadeira de Deputado Estadual ao Deputado Neivo Beraldin, a quem solicitamos que tome assento no plenário do Poder Executivo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Nereu Moura, constante do expediente, requerendo questão de ordem, com fulcro no artigo 104 do Regimento Interno. **À Comissão Executiva.**

Indicações nºs 677 e 679/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, duplicação das rodovias João Leopoldo Jacomel, PR-415, no trecho de pista simples entre o Carrefour (Pinhais) até a sede do Município de Piraquara; e da PR-092, Rodovia dos Minérios, entre o contorno norte e o Município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 678/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a recuperação e reurbanização da Rodovia do Cerne, PR-090, no trecho entre o contorno norte e sede no Município de Campo Magro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o Deputado Fábio Camargo para a vaga deixada pelo Deputado Carlos Simões, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/09, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 073/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 073/09, foi apresentado através da Mensagem nº 008/09, do Poder Executivo, dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Em data de 12/05/09, foram apresentadas seis emendas em plenário, sendo duas emendas, sendo uma modificativa e outra aditiva.

Fundamentação

Inicialmente, devemos abordar o cabimento da apresentação das emendas. Com base no inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa, verificamos que as proposições podem ser emendadas em plenário, ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados (grifo nosso)

A emenda modificativa e aditiva é exatamente a apropriada para tal finalidade, de acordo com os parágrafos 3º e 4º artigo 137 do Regimento Interno:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

(...)

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

(...)

Constatamos que todas as emendas apresentadas em plenário tiveram o apoio de, no mínimo, cinco Parlamentares. Desta forma, não há óbice regimental à sua apresentação.

Porém, em relação ao cabimento das emendas em plenário, verificamos que a emenda nº 01, é uma emenda aditiva, a qual pretende aditar o artigo 1º e 2º do Projeto de Lei nº 073/09.

A aditativação no que dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, bem como, a organização da Polícia Militar, é de competência privativa ao Governador do Estado, portanto a Assembléia Legislativa, não pode apresentar emenda sobre tal matéria, vez que, incompetente, para tal, matéria.

Assim, assevera o artigo 66, inciso III c/c artigo 87, inciso VI da Constituição Estadual.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Diante ao exposto, fica evidente a inconstitucionalidade da primeira emenda apresentada em plenário, por se tratar de matéria privativa do Governador de Estado.

Em relação à segunda emenda modificativa, apresentada em plenário, tem por escopo, modificar o artigo 5º do Projeto Lei, estipulando prazo máximo de 18 (dezoito) meses para o aumento efetivo, sendo que o Chefe do Poder Executivo pretende efetuar progressivamente, de conformidade com disponibilidades do Estado.

Ocorre que esta modificação apresentada neste artigo acarreta um impacto financeiro, não sendo apresentado novo impacto financeiro demonstrando adequação ao orçamento anual e a compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como no Plano Plurianual, determinada na Constituição Estadual.

Porém esta emenda está revestida de ilegalidade, vez que, não é admitido aumento de despesas, sem o devido impacto financeiro do Estado do Paraná, que não estão previstos na Lei de Diretrizes orçamentária.

O artigo 68, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, assevera a vedação do aumento de despesa:

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de Lei do Orçamento anual, quando compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com Plano Plurianual;

Diante do exposto, a segunda emenda apresentada possui vício de iniciativa, pois se trata de determinação de prazo determinado para aumento de efetivo, sem análise da Lei do Orçamento Anual e compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim, a matéria da presente emenda é exclusiva do Governador de Estado.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a ilegalidade apresentada pelas emendas de Plenário em análise, opinamos pela sua rejeição, vez que, não é permitido o aumento de despesa, sem a devida apresentação de novo impacto financeiro, bem como, por se tratar de matéria privativa do Governador do Estado.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Luiz Claudio Romanelli, Fernando Scanavaca e Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

A questão desta emenda que tem o parecer contrário, qual é o posicionamento? Vamos votar mesmo com o parecer contrário? Vamos continuar na mesma linha? Gostaria de consultar V. Exa. antes de iniciar a votação, para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder a votação, porque a emenda está na pauta. V. Exa. tem uma questão de ordem encaminhada à Mesa e procede, na minha opinião, ela deve ser resolvida antes de vir para a pauta. Mas, fica registrada a posição de V. Exa.

Em votação as emendas, com parecer contrário da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O projeto foi pensado no sentido de implantar com agilidade esta Companhia Independente de Fronteira, ou seja, estruturar uma grande força-tarefa na Cidade de Guaíra, para combater o crime, especialmente aquele que até deveria ser de competência das autoridades federais.

Sabemos que infelizmente o efetivo da Polícia Federal é muito pequeno, embora tenhamos de reconhecer que possa estar sobrando policiais, porque acabaram de retirar as rodovias federais da competência do Governo Estadual para passar para o Governo Federal. Então, deve estar sobrando policiais por parte do Governo Federal. Mas, como há necessidade de mantermos a efetividade, do ponto de vista da implantação desta Companhia Independente, quero pedir a rejeição às emendas, respeitando a boa intenção do autor. Mas, são as questões operacionais e não temos como estruturar 100%, até por conta das questões que envolvem a mobilização das pessoas nos concursos, 100%, numa Companhia Independente, formada única e exclusivamente por novos policiais. Este é um processo.

Por isso, peço a manutenção das emendas. O parecer é justamente pela rejeição das emendas. Peço que possamos votar, mantendo o projeto na sua versão original.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Como temos o parecer contrário às emendas, a votação será feita de forma inversa. Deputados que rejeitam, permaneçam como estão. As emendas foram **rejeitadas**.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 182/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a ASSESPI - Associação Beneficente Esportiva Pireli Paraná, filiada a FEMOTIBA - Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, Entidades Beneficentes e Sociais de Curitiba - gestão 2005/2009. **Aprovada. (Publ. no DA nº 039/09, de 27/04/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 191/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública o Instituto São Cristóvão - ISC, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 040/09, de 28/04/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Anexos Projetos de Lei nºs 125 e 136/09). COM EMENDAS DE PLÊNARIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Com substitutivo geral da CCJ. Em votação o substitutivo geral. **Aprovado.**

Em votação as emendas ao substitutivo geral, aprovadas em 2ª discussão. **Aprovadas.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Irati, com sede e foro no Município de Irati/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Esperança Viva, com sede e foro no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca do Município de Catanduvas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais ASPM, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/09, de autoria da Bancada do PMDB, que dá nova redação a alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30/01/07. (Incentivo Fiscal). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DE SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. (Anexo Projetos nºs 003/09 E 095/09). **Aprovado. (Publ. no DA Nº 021/09, de 18/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 099/09

P A R E C E R :

Os projetos de lei em epígrafe, de autoria da Bancada do PMDB e do Deputado Professor Lemos, que *dá nova redação a alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30/01/07, e altera a redação do artigo 1º da Lei nº 15426 de 15/01/07, que dispõe sobre incentivos fiscais às empresas paranaenses.*

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a estes projetos de lei, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 099/09 E 095/09

P A R E C E R :

Art. 1º Altera a redação da alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 15/01/07 que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

a) manutenção do nível de emprego e vedação de dispensa, salvo motivação disciplinar ou financeira obstativa da continuidade da atividade econômica, devidamente comprovada pelo beneficiário do incentivo fiscal;

Art. 3º O inadimplemento dos requisitos desta lei ensejará a imediata cessação dos incentivos fiscais concedidos.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETOS DE LEI Nºs 099/09, 095/09 E 003/09

P A R E C E R :

Os projetos acima listados tratam basicamente do mesmo objeto, qual seja, proibição na redução do nível de emprego nas empresas que gozem de benefícios fiscais estaduais. Noutras palavras, o que se almeja, em comum, é manter o número de empregos no Paraná. Por terem objeto idênticos, houve-se por bem efetivar a anexação das três propostas, para trâmite único nessa Casa de Leis.

Nesse diapasão, a proposta única recebeu parecer favorável junto à Comissão de Constituição e Justiça, seguindo para essa Comissão de Finanças que consoante o Regimento Interno da Assembleia Legislativa tem por finalidade:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes observada a competência específica:

§ 3º À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, sobre atividades financeiras do Estado, matéria tributária, empréstimos públicos, fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados, fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05/09/86.

Partindo dessa acepção regimental, vê-se que o projeto deve ser analisado sob a ótica financeira, vergastando especificamente a possibilidade de oneração ou redução de arrecadação estatal, tudo em respeito ao arcabouço legal em vigor.

Pela simples leitura do texto da proposta, resta evidente que em momento algum haverá redução de arrecadação ou acréscimo de despesa pública. O que se pretende é tão-somente modificar lei já em vigor e que defende os empregos formais no Paraná. É dizer, em nada será afetada a economia, pelo contrário, pode-se entender aliás pelo contrário, na medida em que a conservação do nível de empregos tende a incentivar o consumo, ainda que em momento de crise, de forma a elevar, ainda que indiretamente, a arrecadação tributária.

Em referência à legislação em vigor, tanto a Lei nº 101/00 estão sendo respeitadas, reafirmando pois a viabilidade do projeto.

O Deputado Relator ainda apresenta emenda aditiva ao projeto, visando a manutenção do nível de empregos e mais, o incentivo para novas contratações.

Frente a esta explanação, o parecer é pela aprovação do presente projeto, com a adoção da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 08/04/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 099/09

Fica acrescida emenda aditiva ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 099/09, modificando com isso o artigo 4º da vigente Lei nº 15426/07, que passa a contar com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 1º Altera a redação da alínea ‘a’ do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30/01/07 que passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º ...

Art. 4º Fica assegurado às empresas que elevarem o número de empregados atuais em índice igual ou superior a

10%, o acesso prioritário e facilitado aos créditos financeiros existentes e outras a serem criados e administrados pela Agência de Fomento Estadual.

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá proceder aos remanejamentos orçamentários necessários para o fiel cumprimento do disposto na presente lei.”

Sala das Comissões, em 08/04/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento:

Marcelo Rangel.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA APRESENTADA PELA
COMISSÃO DE FINANÇAS AO
PROJETO DE LEI Nº 099/09

P A R E C E R :

O parecer a ser exarado refere-se à Emenda Aditiva da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 099/09. De lavra do Deputado Reni Pereira, a emenda visa assegurar o nível de empregos e mais, incentivar novas contratações, através do acesso facilitado aos créditos financeiros estaduais. Assim, definiu-se regra pela qual, na medida em que se eleve o atual número de empregos em, no mínimo, 10%, ficará facilitado o acesso retrocitado.

Analizando tão-somente a Emenda pelo aspecto constitucional e legal, nesta evidente que inexistente vício, posto que a própria Constituição Federal diz que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 6º São direitos sociais a Educação, a Saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VIII - busca do pleno emprego; (todos os grifos nossos).

Assim, pela simples consulta aos valores que embasam nossa Carta Magna, é de se perceber que a emenda atende plenamente o listado.

Do ponto de vista financeiro, sob a regência da Lei Complementar nº 101/00, cumpre dizer que não há impacto econômico apto a ensejar a não aprovação da presente emenda.

Por derradeiro, e sob a ótica da Lei Complementar nº 095/98, a emenda foi redigida de modo lógico, coerente e preciso, respeitando uma vez mais o aspecto legal.

Sendo assim, após as explicações devidas, nosso parecer é pela aprovação da emenda aditiva apresentada pela Comissão de Finanças, na forma da Submenda Substitutiva Geral apresentada como anexo aos Projetos de Lei nºs 003/09, 095/09 e 099/09.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Caíto Quintana, Artagão Júnior, Tadeu Veneri e Francisco Bühner.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI Nºs 003/09, 095/09 E 099/09**

Art. 1º Dá nova redação à alínea “a” do artigo 1º e a redação dos artigos 2º e 3º da Lei nº 15426, de 15/01/07, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º...

a) manutenção de nível de emprego e vedação de dispensa, salvo motivação disciplinar ou financeira obstativa da continuidade de atividade econômica, devidamente comprovada pelo beneficiário do incentivo fiscal.

Art. 2º O descumprimento dos requisitos dessa lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, ensejará a cessação dos incentivos fiscais concedidos, na forma e prazos previstos em Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Fica assegurado às empresas que elevarem o número de empregados atuais em índice igual ou superior a 10%, o acesso prioritário e facilitado aos créditos financeiros existentes e outras a serem criados e administrados pela Agência de fomento Estadual.

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá proceder aos remanejamentos orçamentários necessários para o fiel cumprimento do disposto na presente lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, determinando em especial, os parâmetros e coeficientes técnicos para sua aplicabilidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Tadeu Veneri, Caíto Quintana, Francisco Bühner e Reni Pereira.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda - ASSEMA, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/09, de 29/04/09, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/09**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria o Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda - ASSEMA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o PSL-PR Programa Software Livre Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/09, de 04/05/09, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 204/09**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo declarar de utilidade pública o PSL-PR Programa Software Livre Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no Calendário do Estado do Paraná o Dia do Procurador do Estado do Paraná, que será comemorado, anualmente, no dia 29 de maio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 214/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli almeja instituir no Calendário do Estado do Paraná o Dia do Procurador do Estado do Paraná, em homenagem aos Procuradores do Estado do Paraná, reconhecendo a relevância do serviço prestado por estes profissionais ao povo paranaense.

Fundamentação

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, no que tange a iniciativa legislativa, não há nenhuma óbice constitucional que impeça a normal tramitação da proposta em tela, visto que não há nenhuma vedação expressa e nem é matéria elencada no artigo 66 da Constituição Estadual, que define o que é de competência privativa do Governador.

A Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 1º, determina que são reservados aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela própria Constituição:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Como não é vedada, consequentemente e autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/09, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 212/09, que reajusta em 6% os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro Efetivo do Tribunal de Contas do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/09, de 14/05/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 233/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar no percentual de 6% (seis por cento) os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro Efetivo e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Paraná, a partir de 01/05/09, com despesas decorrentes por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado, tendo por objetivo suprir as perdas salariais decorrentes da inflação, bem como uniformizar o reajuste concedido aos demais órgãos do Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que atribui ao Tribunal de Contas a mesma competência administrativa atribuída ao Tribunal de Justiça, conforme explica José Afonso da Silva, em relação ao Tribunal de Contas da União:

O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quando próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional. Para garantia de sua independência orgânica, a Constituição lhe confere o exercício das competências previstas para os Tribunais Judiciais, constantes do artigo 96, no que couber (...)¹.

1. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros, 29ª Ed. São Paulo. Pág. 754.

No mesmo sentido, Figueiredo¹:

Por outro lado, o modelo constitucional do País, instituído em 1988, prevê que os Tribunais de Contas não são subordinados aos Legislativos, nem a qualquer dos outros poderes. Logo, a corretíssima assertiva de Castro Nunes, baseada nos ensinamentos traçados por Rui Barbosa, segundo a qual eles foram instituídos como um órgão posto de permeio entre os Poderes Políticos da nação, o Legislativo e o Executivo, sem sujeição, porém a qualquer deles.

A disposição do artigo 96 da CR estabelece, no parágrafo 2º, “b”.

Art. 96. § 2º, “b” a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

O entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, conforme clássico entendimento, corrobora o entendimento aqui adotado, senão vejamos:

O Tribunal de Contas não é preposto do Legislativo. A função que exerce recebe-a diretamente da Constituição, que lhe define as atribuições. (Revista de Direito Administrativo 158/196. Acórdão de 29/06/84. Rel. Ministro Alfredo Buzaid.)

Neste mesmo raciocínio, a disposição do artigo 101, I, “b” da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal.

Ainda, a Lei Complementar Estadual nº 113/05 atribui como competência do Tribunal de Contas a elaboração de sua proposta orçamentária:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

Seguindo o magistério de José Afonso da Silva, observa-se, portanto, que a iniciativa para propor reajuste da remuneração dos servidores dos Tribunais de Contas compete privativamente ao próprio Tribunal de Contas. Ainda que o projeto trate sobre revisão salarial, a legitimidade para apresentação da proposta continua sendo do próprio Tribunal de Contas, pois se está autorizado o aumento salarial, não haverá óbice quanto à proposta de reajuste.

1.FIGUEIREDO, Carlos Maurício ET. AL. Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. RT. 2ª Edição. São Paulo. Pg. 140.

Desta forma fica claro que ao propor o projeto de lei em análise, o Tribunal de Contas encontra-se no exercício da sua competência privativa, não havendo óbice à sua normal tramitação.

Em relação à necessidade de lei para fixação de reajuste, assim decidiu o Supremo Tribunal Federal:

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis Federais nºs 11169/05 e 11170/05, que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (artigos 2º 37, X, e 61, parágrafo 1º, a, da Constituição Federal); desrespeito ao princípio da isonomia (artigo 5º caput, da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (artigo 169, parágrafo 1º, da CF). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do artigo 169, parágrafo 1º, da Carta Magna. Precedentes: ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 3.4.98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 1.6.2001; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13/06/03. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente. (grifo nosso).

Destaque-se que o projeto em questão não tem por objeto aumento de remuneração, mas visa atender à revisão prevista no artigo 37, X, da Constituição:

Art. 37. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também, ao seguinte. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 019, de 1998).

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observadas a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 019/98).

A regulamentação do referido inciso (Lei nº 10331/02), prevê, expressamente que a revisão se dará sempre no mês de janeiro:

Art. 1º As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos, na forma do inciso X do artigo 37 da Constituição no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.

Na doutrina, Maria Sylvia Zanella di Pietro entende que sequer seja necessária a existência de lei para que seja concedida a revisão, haja vista se tratar de direito constitucionalmente garantido.

Vejamos Di Pietro:

Os servidores passam a fazer jus à revisão geral anual, para todos na mesma data e sem distinção de índices (estas últimas exigências a serem observadas em cada esfera de Governo). A revisão anual, presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda; se assim não fosse, não haveria razão para tornar obrigatória a sua concessão anual, no mesmo índice e na mesma data para todos. Essa revisão anual constitui direito dos servidores, o que não impede revisões outras, feitas com o objetivo de reestruturar ou conceder melhorias a carreiras determinadas, por outras razões que não a de atualização do poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios. Essa revisão não pode ser impedida pelo fato de estar o ente político no limite de despesa de pessoal previsto no artigo 169 da Constituição Federal. Em primeiro lugar, porque seria inaceitável que a aplicação de uma norma constitucional tivesse o condão de transformar outra, de igual nível, em letra morta. Em, segundo lugar, porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, em pelo menos duas normas, prevê a revisão anual como exceção ao cumprimento do limite de despesa: artigo 22, parágrafo único I, e artigo 71.¹

Destaque-se ainda que o presente projeto apresenta os cálculos relativos ao impacto financeiro que o reajuste irá gerar aos cofres públicos, atendendo dessa forma o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), em seus artigos 16 e 17:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

1. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 17ª edição. São Paulo: Editora Atlas. P. 456.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 233/09

P A R E C E R :

O projeto de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que leva o número 233/09 propõe o reajuste de 6% (seis por cento) nos valores básicos dos servidores ativos e inativos do seu quadro efetivo e dos cargos em comissão.

O reajuste de 6% (seis por cento) corresponde à revisão geral anual prevista no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual e no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Ao analisar o referido projeto, fica constatado que através de Declaração do eminente Presidente do Tribunal de Contas foram atendidas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, artigo 17, parágrafos 1º e 2º), pois as despesas resultantes do aumento proposto estão contempladas na Lei Orçamentária referente ao exercício financeiro de 2009 e no Plano Plurianual 2008/2011, não havendo necessidade de suplementação de recursos para fazer frente a elas.

O imposto orçamentário e financeiro do presente projeto de lei será suportado pelo Orçamento Próprio do Tribunal de Contas e importará em um acréscimo de R\$ 6.854.007,00.

Isso representa dizer que a atual folha de pagamento desse egrégio tribunal, no valor de R\$ 132.418.995,00, e o acréscimo do ano - conforme a presente proposição - que será de R\$ 6.854.007,00 estão dentro das suas previsões orçamentárias.

Dessa forma a despesa com pessoal do TC representará (já com o aumento) um percentual de 78,65% sobre o Orçamento Total e essa despesa representará 0,91% da Receita Corrente Líquida, abaixo, portanto, dos limites exigidos pela legislação contida na LRF que se situam entre 1,36% e o limite recomendável que é de 1,29%.

Diante do exposto, somos de parecer favorável a sua aprovação em plenário.

Sala das Comissões, em 20/05/09.

(aa) EDOSN STRAPASSON - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2398 de autoria o Deputado Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Diante da afirmativa do Líder do Governo na semana passada, de que efetivamente não houve a formalização de nenhum aditivo, acho desnecessário, até porque a resposta que virá é que não foi feito. Então, não tem por quê votar, porque vamos esperar 30 dias para descobrir o que já sabemos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Então V. Exa. retira o Requerimento?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Retiro.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está retirado o requerimento, a pedido do autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só para encaminhar sobre esse tema. Acabamos de aprovar na Ordem do Dia - e tem tudo a ver com esse requerimento - a emenda apresentada pela Bancada do PMDB, que teve como relator original o Deputado Alexandre Curi, para poder alterar alguns dos dispositivos do hoje Deputado Federal Ratinho Júnior, que é chamada Lei do Emprego,

O importante é que nós construímos um consenso nesta Casa. Eu, como relator, incorporei uma emenda importante do Deputado Reni Pereira, relativa à questão que envolve a concessão de preferência às empresas que, ao invés de demitirem, ampliarem o número de empregos acima de 10%, através da Agência de Fomento. É um texto que efetivamente abre um espaço importante para poder oferecer às empresas que são receptoras do benefício, ou incentivo fiscal, a defesa e o contraditório em relação à questão de eventual processo de demissão.

Enfim, cria-se na verdade um ambiente favorável a se atrair mais empresas, a manter o emprego e, ao mesmo tempo, privilegiar aquele que amplia o número de empregados. Construímos um texto novo, que certamente será um instrumento eficaz para poder garantir o emprego no Estado do Paraná.

Quero fazer esse registro neste encaminhamento, no sentimento de construir, com diálogos, boas soluções a favor da população paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

(Continua a leitura de requerimento).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria apenas passar ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, a resposta ao requerimento aprovado nesta Casa, no último dia 04 de maio, sobre a eventual venda dos terminais portuários da Ponta do Félix, situados no porto de Antonina. Porque as perguntas feitas pelo proponente induzem alguém achar que a APPA é dona do terminal e vai vendê-lo. O Superintendente da APPA, Daniel de Souza, presta esclarecimentos necessários fundamentando que não é o terminal que está a venda, nem pela APPA, nem por seus acionistas, mas sim um dos seus acionistas, a PREVI, que tem recebido propostas de investidores privados para venda de suas ações, 42% que ela é dona. Aqui estão todas as respostas com todos os documentos necessários para que possam ser analisados pelo Líder da Oposição. Mas quero, publicamente aqui elogiar a postura do Superintendente Daniel de Souza que, em respeito a esta Casa, enviou a resposta e, penso que já deve ter enviado uma cópia para o Deputado Elio Rusch. Passo às mãos do Deputado Elio Rusch a resposta, porque vira e mexe tem alguém dizendo que não conseguiu entregar o requerimento.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Recebo a documentação das mãos do Deputado Luiz Claudio Romanelli e iremos analisar. E quero dizer que sim, a APPA precisa se manifestar sobre a venda das ações de um dos grupos, porque há um consórcio, posso até estar enganado... Por esta razão, Deputado Romanelli, é que fizemos esse pedido de informações. A APPA deve concordar sim, é obrigada a homologar e até acho que fixar o preço. Agora, as informações que estamos recebendo, neste momento, são inúmeras páginas que vamos analisar e, depois, vamos ver qual encaminhamento iremos dar em relação ao nosso pedido de informações e às repostas que obtivemos, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimentos nºs 2405 e 2458, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2411 a 2413, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2417, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2418 a 2421, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2422, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2423, de autoria do Deputado Jocelito Canto. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2424 a 2439 e 2441 a 2445, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2446 a 2453, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 192 e 197/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 099, 200, 204, 214 e 233/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306/08, 202 e 215/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Pareceres

Parecer: nº 118/09-PG

Protocolo: nº 5549/2009

Interessado: Julcimara Ribeiro da Costa

Assunto: Solicitação de Promoções

Senhor Diretor Geral:

O presente expediente versa sobre pedido da servidora Julcimara Ribeiro da Costa, matrícula 00102, admitida em 31/08/90 pelo Ato nº 134/90, ocupante do cargo de Consultor Legislativo NUD-03, lotada na biblioteca desta Casa, que pleiteia as promoções que alega ter direito de conformidade com o enquadramento de maio de 2005, sobre o que se passa à manifestação:

Preliminarmente, o enquadramento funcional pelo qual quer fazer valer o seu direito não regulamentou qualquer forma de elevação do funcionário à classe imediatamente superior àquela a que pertence.

A promoção do funcionário está regulamentada do Capítulo X, artigo 74 e seguintes da Lei nº 6174/70, adotada subsidiariamente pelo Poder Legislativo, e o artigo 34, inciso XX da Constituição Estadual do Paraná, observados rigorosamente os critérios de antiguidade e merecimento, desde que verificada a existência de vagas e não haver cargo excedente.

Assim considerado e de acordo com a informação da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal, às fls. 03-verso, a requerente não preenche o requisito da antiguidade para a promoção pretendida. E ainda que tal requisito fosse desprezado, o mesmo não poderia ser aplicado à informação de inexistência de vagas imediatamente superior àquela a que pertence a requerente.

Em face de todo o aqui exposto, manifesto-me, S.M.J., pelo indeferimento do requerimento, com base nos artigos 75, parágrafo único e artigo 79 da Lei nº 6174/70.

É o parecer, que submete à apreciação de Vossa Senhoria, sob censura.

Curitiba, 13/05/09.

AYRTON COSTA LOYLA

Procurador Geral

Parecer: nº 123/09-PG

Protocolo: nº 5548/2009

Interessado: Julcimara Ribeiro Da Costa

Senhor Diretor Geral:

Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 03, temos a informar o que passa a aduzir:

1. A servidora estável deste Poder, Julcimara Ribeiro da Costa, matrícula nº 102, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-3, lotada na Biblioteca, solicita revisão de seu enquadramento para fins de aposentadoria pelo tempo que possui de serviço público.

2. O enquadramento, frente à legislação vigente, consiste em situar o servidor no seu plano de carreira pela necessidade de se identificar a situação anterior ao novo cargo criado e conferido pelo instituto do enquadramento, posteriormente à ocorrência de alteração da estrutura administrativa, criando novos cargos e salários, dentro de regras e parâmetros preestabelecidos em que se deve ocorrer a mudança da situação antiga para um novo quadro de cargos, com nomenclaturas diferentes, com requisitos de qualificação pessoal de forma rigorosa para o novo cargo. É um ato administrativo de natureza jurídica considerado em dois aspectos: o material e o formal, para o fim público de melhorar a estrutura administrativa-funcional do órgão.

3. Neste Poder, nos termos da Lei nº 13950/02 e das Resoluções nºs 007/04 e 009/05, foi realizado o Enquadramento Funcional, através de Comissão Especial integrada por servidores estáveis, designada pela Comissão Executiva através do Ato nº 115/05, que lhe conferiu poderes que consiste na identificação de correspondência entre os cargos de realidade jurídica antiga e a nova. A Comissão, adstrita aos parâmetros objetivos configurados no aludido Decreto nº 115/05 e obedecendo fielmente aos limites legais e rigorosamente ao princípio da imparcialidade, realizou o enquadramento funcional dos funcionários do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa.

Entre eles foi beneficiada a ora requerente, Julcimara Ribeiro da Costa, RG n° 386.660-2 que era funcionária efetiva dos quadros da Secretaria de Administração e da Previdência do Estado do Paraná, desde 01/03/57, ocupando o cargo de Assistente Administrativa, Padrão F, referência 11, com salários de CR\$ 338,10 (trezentos e trinta e oito cruzeiros e dez centavos).

Em data de 27/12/73 a servidora interessada foi alocada neste Poder, conforme publicado no Diário Oficial n° 25 da mesma data.

No dia 31/08/90, pelo Ato n° 234-PL, foi enquadrada no cargo de Auxiliar Administrativa, nível NT-2, do quadro de pessoal desta Casa de Leis, recebendo o salário básico de R\$ 616,46 (seiscentos e dezesseis reais, quarenta e seis centavos) até a data do enquadramento em 25/05/05, conforme Ato n° 274/05, no cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Biblioteca, com salário básico de R\$ 2.230,05 (dois mil, duzentos e trinta reais e cinco centavos).

Assim, a requerente foi qualificada em cargo de nível superior, e tem um considerável aumento na sua remuneração mensal.

Por derradeiro, não resultou provado pela Requerente a existência de algum tipo de falha no seu enquadramento a ser corrigido. Pelo contrário, comprovou-se, isto sim, que a Comissão de Enquadramento cumpriu absolutamente os requisitos legais exigíveis para o mister.

Isto posto, opinamos, sob censura, pelo indeferimento e consequente arquivamento deste expediente.

Curitiba, 15/05/09.

AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral

Diretoria Geral

Despachos

DESPACHO

Protocolo: n° 5548/09

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 19/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

DESPACHO

Protocolo: n° 5549/09

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 19/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral